



UNIVERSIDADE DO SUL DE SANTA CATARINA

PRISCILA FERNANDES DA ROSA

**ANÁLISE DA ECONOMIA DO BRIC NA ÚLTIMA DÉCADA E AS
PERSPECTIVAS PARA 2050**

Tubarão

2010

PRISCILA FERNANDES DA ROSA

**ANALISE DA ECONOMIA DO BRIC NA ULTIMA DÉCADA E AS
PERSPECTIVAS PARA 2050**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de graduação em relações internacionais, da Universidade do Sul de Santa Catarina, como requisito parcial para a obtenção do título de Bacharel em Relações Internacionais.

Orientador: Prof^o. Érick Marques Isoppo, Esp.

Tubarão

2010

Dedico este trabalho, antes de tudo, a Deus, pois ele quem guia todos os meus passos e sem ele não seria possível estar aqui e vencer mais essa etapa da minha vida.

E aos meus pais, pelo incentivo e apoio incondicional.

AGRADECIMENTOS

Aos professores pelo suporte e contribuição na minha formação intelectual.

Um agradecimento especial a professora Terezinha Damian pelo carinho, atenção e ajuda na confecção deste trabalho.

Ao professor Érick Marques Issopo, que além de orientador e professor se mostrou amigo, um muito obrigado pela ajuda e dedicação.

RESUMO

Este estudo é um trabalho de conclusão de curso e tem como tema a análise do BRIC na última década e as perspectivas para 2050 e como objetivo geral identificar as perspectivas econômicas do BRIC para 2050. Os objetivos específicos consistem em apresentar aspectos conceituais e fundamentos de economia e economia internacional; analisar e destacar noções de integração e formas de integração econômica; destacar as principais características dos grupos econômicos G7 ou G8, G20, G3 e G77; apresentar um estudo sócio-econômico sobre cada um dos países que formam o BRIC; avaliar as variáveis econômicas do BRIC e as perspectivas futuras; e sugerir novos estudos sobre o tema. Este estudo se caracteriza como sendo uma pesquisa bibliográfica, qualitativa, exploratória e de método dedutivo. Com relação à coleta de dados, as informações desse relatório foram realizadas em livros, arquivos e internet, pois se caracteriza uma pesquisa bibliográfica. A revisão bibliográfica aborda alguns conceitos de economia e economia internacional e questões como o neoliberalismo, as políticas econômicas, o câmbio entre outros, noções de alguns blocos econômicos como o MERCOSUL, NAFTA, UNIÃO EUROPÉIA e APEC. A apresentação e análise de dados faz referência aos grupos econômicos, o G7 ou G8, o G20 e o G3 e G77. Destaca também, as características do Brasil, Rússia, Índia e China. Ao final, apresentam-se a conclusão do estudo realizado, bem como as recomendações para futuros trabalhos.

Palavras-chave: BRIC, economia mundial, crescimento econômico

ABSTRACT

This study is a completion of course work and has covered the analysis of the BRIC over the last decade and prospects for 2050 and aimed at identifying the economic prospects of the BRIC to 2050. The specific objectives are to present the conceptual aspects and fundamentals of economics and international economics, to analyze and highlight notions of integration and forms of economic integration, highlight the main features of the economic groups G7 or G8, G20, G77 and G3; present a study of socio-economic control over each of the countries that form the BRIC, evaluate the economic variables of the BRIC and future prospects, and suggest further studies on the subject. This study is characterized as a literature search, qualitative, exploratory and deductive method. With respect to data collection, information in this report was conducted in books, files and Internet, because it features a literature search. The review covers some concepts of economics and international economy and issues such as neoliberalism, economic policies, exchange rate among others, some notions of economic blocs like the MERCOUL, NAFTA, EU and APEC. The presentation and analysis refers to economic groups, the G7 and G8, the G20 and G77 and G3. It also shows the characteristics of Brazil, Russia, India and China. Finally, we present the conclusion of the study and recommendations for future work.

Key words: BRIC, world economy, economic growth

LISTA DE FIGURAS

1	Figura1- localização geográfica do Brasil.....	48
2	Figura 2: PIB do Brasil valor e taxa de crescimento real-2000/2009.....	50
3	Figura 3: PIB do Brasil taxa trimestral de crescimento real- 2008/2010	50
4	Figura 4: composição do PIB brasileiro pela ótica da oferta participação em (%) 2000/2009	51
5	Figura 5: composição do PIB brasileiro pela ótica da demanda participação em (%) - 2000/2009	51
6	Figura 6: localização da Rússia.....	53
7	Figura 7: dados gerais da Rússia	54
8	Figura 8 : Rússia Produto Interno Bruto (PIB) taxa de crescimento real (%)	55
9	Figura 9: localização da Índia.....	57
10	Figura 10: dados gerais da Índia	58
11	Figura 11: Índia Produto Interno Bruto (PIB) –taxa de crescimento real (%)	60
12	Figura 12: localização da China.....	61
13	Figura 13: dados gerais da China	62
14	Figura 14: crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) chinês	63
15	Figura 15: Ascensão no Ranking	64
16	Figura16: evolução prospectiva do PIB brasileiro em US\$ trilhões 2010-2050	65

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	12
2	REFERENCIAL TEÓRICO	17
2.1	NOÇÕES GERAIS DE ECONOMIA INTERNACIONAL	17
2.1.1	Teoria das Vantagens comparativas	19
2.1.2	Estado X mercado: neoliberalismo	21
2.1.3	Keynes X Smith	22
2.1.4	Políticas economicas	25
2.1.5	Barreiras ao livre comércio internacional	27
2.1.6	Câmbio	29
2.1.7	O balanço de pagamento	31
2.1.8	sistemas financeiro e instituições internacionais Bretton Woods: FMI,BIRD,OMC	32
2.2	INTEGRAÇÃO REGIONAL E FORMAS DE INTEGRAÇÃO	33
2.2.1	Integração Regional: blocos econômicos	35
2.2.2.2	Mercado Comum do Sul	35
2.2.2.3	Acordo Norte-Americano de Livre Comércio	36
2.2.2.4	União Européia	37
2.2.2.5	Cooperação Econômica da Ásia e do Pacífico	38
3	APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DE DADOS	39
3.1	GRUPOS ECONOMICOS	39
3.1.1	G-7 ou G-8	39
3.1.2	G-20	42
3.1.3	G-3	44
3.1.4	G-77	45
3.2	BRASIL, RÚSSIA, ÍNDIA e CHINA (BRIC)	45
3.2.1	Brasil	47
3.2.2	Rússia	52
3.2.3	Índia	56
3.2.4	China	60

3.3 ANÁLISE DAS PERSPECTIVAS DO BRIC.....	63
4 CONCLUSÃO E RECOMENDAÇÕES.....	68
5 REFERENCIAS.....	71

1 INTRODUÇÃO

Este projeto de TCC tem como tema a análise da economia do BRIC na última década e as perspectivas para 2050.

Entende-se por economia o estudo de como a sociedade rege seus recursos que se tornam ou são escassos, é tida como uma ciência social que tem usos alternativos para aplicar seus recursos limitados, para a produção de bens e serviços para o consumo. O desenvolvimento econômico de um país, assim como seu poder de crescimento pode ser atribuído à capacidade de produzir bens e serviços e a dinamicidade do mercado. Os indicadores econômicos demonstram o índice de crescimento do país, que alteram substancialmente uns dos outros. Correlacionando as variáveis exógenas (externas) e endógenas (internas).

Um das áreas de estudo da economia é a economia internacional, que tem como objetivo estudar a importação e exportação de mercadorias, as prestações de serviços de toda natureza, a circulação de capitais, de ouro e de moeda corrente e suas transações econômicas. Ou seja, a integração do mercado físico e financeiro.

Hoje a economia mundial vem sofrendo oscilações constantes, e as possibilidades de crescimento nas próximas décadas estão sendo esperadas principalmente em alguns países emergentes, chamados países em desenvolvimento (CAMPOS, 2010). Estudos atuais apontam que o conjunto de países emergentes formado por Brasil, Rússia, Índia e China poderá se tornar a principal força econômica nos próximos cinquenta anos.

Estes quatro países são referenciados no mundo pelo termo BRIC. Bric é uma terminologia criada em 2001 pelo economista Jim O'Neill do banco Goldman Sachs, o termo designa os quatro países em desenvolvimento do mundo, a saber Brasil, Rússia, Índia e China. São países emergentes que possuem características comuns. Não compõem um bloco econômico, apenas compartilham de uma situação econômica com índices de desenvolvimento e situações econômicas parecidas.

Os países do BRIC apresentam características comuns tais como: estabilidade política e econômica recente; mão-de-obra em grande quantidade e em

processo de qualificação; crescentes níveis de produção e exportação; boas reservas de recursos minerais; aumento de investimentos em setores de infra-estrutura; Produto Interno Bruto (PIB) em crescimento; índices sociais em processo de melhorias; rápido acesso da população aos sistemas de comunicação; investimentos de empresas estrangeiras nos diversos setores da economia e a intervenção do governo na área de infra-estrutura.

Por estas razões, há uma tendência de que estes países superem as principais economias atuais em questões econômicas, ultrapassando os países que formam o grupo das maiores economias do mundo, o G-7, que são: Estados Unidos, Japão, Alemanha, Reino Unido, França, Itália e Canadá.

A participação crescente dos países do BRIC na economia mundial e o crescimento econômico são duas forças que se complementam e oferecem oportunidades para acelerar o desenvolvimento desses países e alavancar a economia mundial.

A última década apresentou uma drástica mudança no cenário econômico mundial, promovido por ciclos econômicos afetados pelas crises da Rússia e dos Tigres Asiáticos na década de noventa, e pela crise econômica mundial nos Estados Unidos em 2008. Essas turbulências causaram fortes problemas econômicos para a maioria dos países. Foi detectado que os países do BRIC foram os menos afetados devido a um aquecimento de suas economias interna, rigor nas políticas públicas, incentivos fiscais e monetários.

Diante deste contexto, este projeto de Trabalho de Conclusão de Curso busca respostas para a seguinte pergunta de pesquisa: **Quais as perspectivas econômicas dos países do BRIC para 2050?**

O presente trabalho tem como objetivo geral identificar as perspectivas econômicas dos países do BRIC para 2050. Os objetivos específicos incluem: apresentar os aspectos conceituais e fundamentos macroeconomia: economia e economia internacional; analisar destacar noções de integração e formas de integração econômica; destacar as principais características dos países que formam o grupo das maiores economias mundiais, o G7; apresentar um estudo sócio-econômico sobre cada

um dos países que formam o BRIC; avaliar as variáveis econômicas do BRIC e as perspectivas futuras; e sugerir novos estudos sobre o tema.

A escolha do tema partiu do interesse em saber como o BRIC tem se comportado na última década e como estas economias estarão inseridas no cenário internacional nos próximos anos. Ademais, sempre houve uma afinidade pessoal relacionada ao estudo das economias internacionais. Por outro lado, desejo que o presente projeto sirva como subsídio precioso para a definição futura do sucesso ou fracasso do BRIC e sua posição no panorama internacional por analistas econômicos, para acadêmicos ou mesmo para curiosos do tema.

A relevância do estudo está diretamente ligada a uma mudança no cenário internacional em que o BRIC vem se destacando e poderá se transformar nos próximos anos no grupo de países das maiores economias mundiais.

A força econômica desses países está despertando atenção na comunidade internacional, não apenas por serem economias emergentes, mas também pela sustentabilidade de crescimento dos mesmos, relativo a um período em que o mundo apresentou baixas e até negativas taxas de crescimento.

A crescente importância desses países contribuirá na mudança hierárquica de poder econômico entre os principais países, colocando em evidência os continentes distintos e menos desenvolvidos.

Por conseguinte, o elevado e constante crescimento dos países do BRIC são de crescente interesse para a área de relações internacionais, pois se trata da constituição de uma nova ordem econômica mundial que poderá de alguma forma afetar as negociações internacionais.

Nesse sentido, tais economias têm despertado a curiosidade de muitos estudiosos, em função da diferença de culturas, localização geográfica, população, histórico de indicadores econômicos entre outros, principalmente pela capacidade destes em se tornarem os principais impulsores do crescimento econômico mundial.

Contudo deve-se destacar o arranjo em que estas economias emergentes estão inseridas e as diferenças de crescimento entre os mesmos. A China, por exemplo, tem uma taxa de crescimento média maior, enquanto o Brasil vem crescendo de forma tímida. (VIEIRA e VERISSÍMO, 2009)

Sendo assim, o presente projeto tem como um dos objetivos abrir portas para que outros acadêmicos desenvolvam trabalhos a respeito do BRIC destacando a importância que isso beneficia à área de relações internacionais, elevando com isso, o número de acervo literário a respeito deste tema.

Este estudo se caracteriza como sendo uma pesquisa qualitativa. Segundo Beuren (2001) a metodologia qualitativa descreve a complexidade de certo problema, analisa o intercâmbio de variáveis, compreende e classifica processos dinâmicos vividos por grupos sociais. Sendo assim, a pesquisa qualitativa aborda análises mais intensas relacionado ao tema estudado, essa análise tem por objetivo destacar características não observadas através do estudo quantitativo.

Por conseguinte, este relatório de conclusão de curso foi elaborado através de uma pesquisa bibliográfica. Rauen (1999) destaca que a pesquisa bibliográfica se baseia em buscar dados a partir de um determinado acervo bibliográfico existente, ou seja, todo tipo de informação gravada em acervos bibliográficos.

Esta pesquisa também se classifica como uma pesquisa exploratória. De acordo com Beuren (2001), a caracterização da pesquisa exploratória está no fato de que ela busca conhecer de forma profunda um assunto que é de pouco conhecimento, para torná-lo mais claro. buscando adicionar características inéditas, como também buscar novos horizontes até então não manifestos.

Com relação à coleta de dados, as informações desse relatório foram realizadas somente em livros, arquivos e internet, pois é caracterizada uma pesquisa bibliográfica.

O método utilizado nessa pesquisa foi o dedutivo. Na concepção de Marconi (2001) o método dedutivo é um processo que através de premissas ou enunciados é chegado a uma conclusão necessária, em virtude de aplicações corretas de regras lógicas.

Por fim, os dados desse relatório foram apresentados e analisados em forma de relatório para a disciplina de Trabalho de Conclusão de Curso II e submetido em banca.

Este relatório está composto por introdução, desenvolvimento, e conclusão organizados em quatro capítulos. A introdução consiste na abordagem do tema, problema, objetivos, justificativa e metodologia utilizada.

O desenvolvimento compreende dois capítulos. O segundo capítulo compreende a revisão bibliográfica no qual foram destacados os conceitos e bases históricas relevantes.

O terceiro capítulo delinea as principais características dos países que formam o G7, o conjunto das maiores economias do mundo; analisa os dados e índices socioeconômico de cada país do BRIC, assim como a conjuntura econômica e política de cada país no período abordado; e avalia as variáveis do BRIC e as perspectivas futuras desse grupo de países.

O quarto capítulo apresenta a conclusão do trabalho e as sugestões para novos estudos a respeito do tema.

2 REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

2.1 NOÇÕES GERAIS DE ECONOMIA INTERNACIONAL

A palavra economia segundo Vasconcelos e Garcia (2004), provém do grego *oikonomia*, que significa a administração de uma unidade familiar de consumo ou de um Estado.

É de grande importância o gerenciamento dos recursos de uma sociedade, pois estes são considerados escassos. Sendo assim, entende-se por economia o estudo de como a sociedade conduz seus recursos escassos. (MANKIN, 2005)

Segundo Vasconcelos e Garcia (2004, p. 2):

Economia é a ciência social que estuda como o indivíduo e as sociedades decidem (escolhem) empregar (alocar) recursos produtivos escassos na produção de bens e serviços, de modo a distribuí-los entre as várias pessoas e grupos da sociedade a fim de satisfazer as necessidades humanas.

Para Troste e Mochón (2002) “a economia estuda a maneira como se administram os recursos escassos, com o objetivo de produzir bens e serviços e distribuí-los para seu consumo entre os membros da sociedade.”

Ainda segundo Troste e Mochón (2002), a economia se preocupa com relação à satisfação das necessidades dos indivíduos e da sociedade. Estas necessidades se caracterizam como sendo materiais (alimentos, habitação) e não-materiais (educação, lazer), isto obriga os membros de uma sociedade a se ocuparem de certas atividades produtivas. São através dessas atividades que são produzidos os bens e serviços, que será distribuído para os membros da sociedade.

A economia divide-se em micro e macroeconomia. A microeconomia preocupa-se em analisar o comportamento das unidades econômicas (famílias), consumidores e empresas, como também o mercado em que operam os ofertantes e

demandantes de bens e serviços. A macroeconomia por sua vez, analisa o comportamento global do sistema econômico, como o produto total de uma economia, o investimento, o emprego entre outros. Por conseguinte, essa análise permite obter uma visão simplificada da economia além de conhecer e atuar sobre o nível da atividade econômica de um conjunto ou determinado país.

As atividades econômicas se tornam cada vez mais internacionais porque não respeitam fronteiras. Elas constituem um dos ramos da economia caracterizado como economia internacional.

Economia internacional é, segundo Baumann, Canuto e Gonçalves (2004) “o estudo das relações econômicas entre nações”. Tem como elemento essencial o espaço geográfico e a relação dos países com o resto do mundo. Estas relações econômicas entre os países são divididas em dois ramos: a análise das relações comerciais e a análise das relações financeiras. O primeiro ramo abrange as teorias de comércio tipo de intervenção de política e econômica. O segundo cuida das finanças, suas trajetórias de ajustes em determinadas situações.

Os mesmos autores destacam que a importância do intercâmbio com outras economias se dá seja pelo crescimento dos fluxos de comércio internacional ou pela interação financeira em nível global. A retirada de barreiras tarifárias, por exemplo, permitiu uma maior interatividade entre os países do comércio internacional.

Maia (2006) destaca que a economia internacional compreende: as importações e as exportações, os serviços, as transferências de renda, as transferências unilaterais e os movimentos de capitais.

No que tange a importação destaca-se a controvérsia importar ou produzir. A importação é adequada quando o país precisa de tecnologia, porém isso pode afetar a economia interna gerando desemprego. Às vezes é mais conveniente para um país importar do que produzir. Maia em seu livro ainda cita como exemplo, o caso da China, em que no início o século XX, as indústrias americanas se instalaram nesse país devido a mão de obra barata, sendo assim, era mais lucrativo produzir na China e vender nos

Estados Unidos. Atualmente a história se repete sendo que a China produz a preços mais competitivos.

A exportação é muito importante para o país, pois é através dela que se inserem os produtos nacionais no mercado internacional. Essa atividade beneficia o Estado com a geração de emprego, equilíbrio na balança comercial bem como probabilidade de acúmulo de reserva internacional, contribuindo para o aumento e importação.

Os serviços em economia internacional são as viagens internacionais, transporte, seguros, serviços financeiros, computação e informações, royalties e licenças, entre outros serviços. Este setor da economia internacional é um importante gerador de empregos.

As rendas são transações internacionais compostas por salários, ordenados¹ e rendas de investimentos (juros, lucros e dividendos) que estão expressas no balanço de pagamentos do país.

Ainda segundo Maia (2006) as transferências unilaterais é assinalada quando um país recebe a moeda sem necessidades de dar algo em troca, um exemplo disso são os donativos e reparação de guerra.

Por conseguinte, na economia existe diariamente um fluxo grandioso de entrada e saída de capitais. Essas movimentações podem ocorrer sob forma de investimentos e empréstimos.

2.1.1 Modelos econômicos: Teoria das vantagens comparativas

É do conhecimento a existência de países carentes, com a ausência de tecnologia e sem capacidade de produção comparada aos das grandes nações.

¹ Salário de um trabalhador regular.

Luz (2008) salienta que Adam Smith com sua teoria das vantagens absolutas, provou que o livre comércio entre dois países seria melhor quando um fosse mais competente na produção de um bem e o outro na produção de outro bem. Sendo assim esses países se desenvolveriam sem a competição mercantilista. Esse sistema gerava um ganhador e um perdedor. No livre comércio por sua vez, os dois seriam vencedores.

Seguindo o mesmo autor, Luz, David Ricardo em 1817 apresenta a teoria das vantagens comparativas. Ela se baseia na fragilidade que um país tem na produção de um bem. Além de saber o que ele está disposto a dar em troca do bem de outro país.

A teoria explica que condições um país, ainda que ele seja eficiente na produção de todas as mercadorias, tem vantagem em exercer o livre comércio.

Um país que tem uma vantagem comparativa em uma produção de um bem significa que “o custo de oportunidade da produção desse bem em relação aos demais é mais baixo nesse país do que em outros”. (KRUGMAN e OBSTFELD, 2005)

De acordo com Baumann, Canuto e Gonçalves (2004), Ricardo argumenta que, o comércio entre dois países é mais vantajoso para as duas economias quando elas produzem cada uma duas mercadorias e empregam na produção desses produtos uma quantidade de trabalho.

Assim sendo, este modelo de comércio internacional tende a provocar a especialização de cada país na exportação do produto que ele tem vantagens comparativas além de beneficiar o consumidor. Portanto o país vai exportar o produto que ele tenha mais eficiência e por outro lado, vai importar aqueles bens em que sua produção terá maior custo. Sendo assim, o padrão de produção de um país é determinado pelas vantagens comparativas.

Portanto, a vantagem comparativa explica a diferença de preços em diversos países, essa diferença faz com que ocorram as negociações no comércio internacional. Assim neste modelo o trabalho é o único fator de produção, por conseguinte, os países diferem apenas na produtividade do trabalho nas diferentes indústrias.

2.1.2 Estado x Mercado: Neoliberalismo

O neoliberalismo em suas tentativas de fundamentação na história subverte os fatos e elimina o papel intervencionista do estado nos processos do desenvolvimento capitalista. A preleção liberal esconde as características pró-ativas do Estado no decorrer do capitalismo. Sendo assim, o neoliberalismo vem e reproduz amplamente esse equivoco. (ANAU, 2008)

Segundo Anau (2008), “de forma panorâmica o papel assumido no rolar do segundo milênio pelo Estado apresenta uma oscilação pendular”. Com o Império Romano do Ocidente descentralizado sucede-se a disseminação medieval, acompanhada pelo fortalecimento dos Estados Nacionais no período mercantilista. Assim, com a emergência do capitalismo industrial o Estado liberal torna-se o modelo, exceto na Alemanha e Japão essencialmente estatizantes. Contudo, nos anos 1930, regimes fascistas e de cunho autoritário polarizarão com as democracias liberais e em oposição aberta ao capitalismo. Por conseguinte, após a segunda Guerra Mundial surge o *welfare state*², com caráter intervencionista, bem aceito nos países capitalistas e concorrido nos desenvolvidos. Porém no fim dos anos de 1970 entra em cena o neoliberalismo, propugnado pelo Estado mínimo e trazendo o avanço mundial das privatizações.

Nesse contexto entende-se como neoliberalismo como uma prática político-econômicas alicerçadas nas idéias de pensadores monetaristas como Milton Friedman dos EUA. Com o fim da crise do petróleo de 1973³, autores como Friedman começam a defender idéias nas quais o governo já não podia mais manter os investimentos pesados realizados após a Segunda Guerra mundial, pois apresentavam déficits públicos, balanças comerciais negativas e o fantasma da inflação. Defendia deste modo, a redução da ação do Estado na economia. O neoliberalismo ganha força depois que conservadores foram vitoriosos nas eleições do Reino Unido e EUA. A partir de então o Estado apenas passou a preservar a ordem política e econômica, deixando que as

² Estado do Bem Estar Social.

³ O primeiro choque do petróleo em que os países do oriente médio descobriram que o petróleo não era renovável. Sendo assim, os produtores diminuíram a produção, elevando o preço do barril de US\$ 2,90 para US\$ 11,65 em três meses.

entidades privadas investissem como quisessem. Ademais, os Estados passaram a desregular e privatizar várias atividades econômicas antes controladas por estes. (CHAVES, 2004)

Diante deste contexto, o neoliberalismo trás de volta um conjunto de questões econômicas do liberalismo. Em geral o termo liberalismo é definido como idéias que dão precedência a liberdade individual e não aceitam qualquer tipo coação do grupo ou do Estado com relação aos indivíduos. Teve no plano econômico uma grande influência no desenvolvimento do capitalismo no século XIX. Os liberais defendiam que os fenômenos econômicos eram conduzidos por uma ordem natural, alcançando assim, o equilíbrio e a propriedade, garantidos pela livre concorrência. (FRANCH, BATISTA E CAMURÇA, 2001).

Os idealizadores do neoliberalismo acreditam que esse sistema tem como ponto positivo a capacidade de proporcionar o desenvolvimento econômico e social do país. No entanto, o neoliberalismo deixa a economia mais competitiva, proporcionando o desenvolvimento tecnológico. Tem como crítica o benefício somente às grandes potências e as empresas multinacionais⁴.

2.1.3 Smith X Keynes

Adam Smith foi um renomado economista e filósofo escocês que teve como panorama na sua vida o século XVIII, o século das luzes. Smith foi considerado o pai da economia moderna e o mais importante teórico do liberalismo econômico. Publicou o livro “A riqueza das nações” em 1776, onde procurou mostrar que a riqueza era resultado da ação de indivíduos movido simplesmente pelo próprio interesse egoísta, que promoviam a inovação tecnológica e o crescimento econômico⁵. Smith acreditava

⁴ São empresas caracterizadas por terem sua matriz em um determinado país e atuar no mercado de outros países.

⁵ É a taxa de incremento no produto real de uma economia, ou na sua renda, no decorrer do tempo, isto é, a elevação de seu produto de pleno emprego, a preços constantes.

que a iniciativa privada teria que agir de forma livre, com mínima ou nenhuma intervenção do governo. Sendo assim, a livre competição entre os vários fornecedores levaria não somente a queda do preço das mercadorias, mas também, a inovação tecnológica que baratearia o custo de produção e passaria a frente dos competidores. (FERREIRA, 2010)

De acordo com Vasconcelos e Garcia (2004), Smith acreditava que se deixasse atuar a livre concorrência, uma “mão invisível” levaria à sociedade a perfeição. Como resultado da atuação desta, o preço das mercadorias deveria descer e os salários deveriam subir. Esta teoria foi tida como verdadeira até que Keynes começa a combatê-la e defender que o Estado deve intervir na organização da economia para que se controle a concentração de renda, causando uma revolução de conceitos na esfera econômica mundial. Assim, Smith argumentava que a defesa do mercado como regulador das decisões econômicas de uma nação levaria benefícios para a coletividade, sem a ação do Estado, este é o princípio do liberalismo.

Ainda segundo o autor, Smith baseava-se no *laissez-faire*, livre iniciativa. Avaliava que a causa da riqueza de uma nação era o trabalho humano (teoria do valor do trabalho) sendo que um dos fatores fundamentais para aumentar a produção é a chamada divisão do trabalho, ou seja, os colaboradores deveriam se especializar em certas tarefas. Ademais, a produtividade decorre da divisão do trabalho, assim a ampliação do mercado e das iniciativas privadas incrementa a produtividade e a riqueza.

Santos (2010) em seu artigo cita que para Smith, o Estado teria apenas três funções: a manutenção e estabelecimento da justiça, a defesa nacional e a criação e manutenção de obras e instituições públicas, que não fossem de interesse privado. Em suma, o papel do Estado na economia deveria atender apenas a proteção da sociedade.

Segundo Ferreira (2010), esta teoria foi aceita como verdadeira até que Keynes começa a defender que o Estado deve interferir na economia para que haja um controle na concentração de renda, revolucionando os conceitos na economia mundial.

Para Machado (2006), Keynes é considerado por muitos analistas o maior economista do século XX e sua contribuição é descrita como a revolução keynesiana.

Publicou o livro Teoria geral do emprego, dos juros e da moeda, em 1936. A teoria keynesiana, esteve alicerçada no conjunto de idéias que propunham a intervenção do estado na economia, objetivando um regime de pleno emprego.

A realidade econômica na década de 1930 era crítica. O desemprego na Inglaterra e em vários países da Europa era muito grande e nos EUA ainda maior, após a queda da bolsa de valores de Nova York em 1929. A teoria econômica na época acreditava que era um problema passageiro, embora a crise estivesse perdurando alguns anos. A teoria de Keynes mostra que as políticas econômicas adotadas não funcionavam naquele novo contexto. Keynes acreditava que um dos principais fatores responsáveis pelo volume de emprego se explica pelo nível de produção nacional, que é determinado pela demanda agregada ou efetiva. Assim, destaca o papel da demanda agregada de bens e serviços sobre o nível de trabalho. Por conseguinte, os keynesianos salientavam que seria difícil conciliar o pleno emprego e o controle da inflação. (VASCONCELOS E GARCIA, 2004)

Ainda segundo os mesmos autores, para Keynes não há forças de auto ajustamento da economia, sendo assim, ao contrário do que dizia Smith, é necessária a intervenção do Estado por intermédio de uma política de gastos públicos. As idéias de Keynes influenciaram a política econômica dos países capitalistas e apresentaram resultados positivos.

Segundo Machado (2006), as mais importantes contribuições de Keynes para a teoria econômica estão: a crítica ao *laissez-faire*, *laissez-passer* dominante na época, segundo a qual não há a necessidade a intervenção estatal; a defesa de um papel mais expressivo para os instrumentos de política fiscal nas políticas econômicas, que eram dominadas pelos instrumentos de política cambial e monetária; o pleno emprego como objetivo essencial da política econômica; entre outras.

Sob a ótica do mesmo autor, a partir da década de 1970, os economistas adotam argumentos monetaristas em detrimento dos propostos pela doutrina de Keynes. Todavia o Keynesianismo começa a sofrer críticas na década de 80, quando tem fim a euforia da crise, a alta inflação e o alto desemprego dos países, assim como o descontentamento das políticas keynesianas.

2.1.4 Políticas econômicas

Políticas econômicas para Cleto e Dezordi (2010), são ações que o governo estabelece que utilizando instrumentos econômicos, buscam atingir determinados objetivos macroeconômicos. É de conhecimento, que o papel do governo é lutar pelos interesses e bem-estar da comunidade, sendo assim, para esta finalidade, o setor público atua sobre certas variáveis e através delas obter fins positivos para a população. Um exemplo seria a elevação ou redução da taxa de juros, porém, nesse evento as alterações na taxa de juros são determinadas pela ação do governo sobre outras variáveis (oferta de moeda). Uma das conseqüências esperadas nessas alterações nos juros é o crescimento econômico, assim como o controle inflacionário.

De acordo com o mesmo autor, os governos federais, estaduais e municipais têm como principais funções:

a) Reguladora, em que o Estado deve regular a atividade econômica através disposições e leis administrativas, tornando assim, possível o controle de preços, por exemplo.

b) Provedora de bens e serviços que é a promoção e fácil acesso a bens e serviços essenciais, em particular aqueles que não são de interesse privado, tal como, moradia.

c) Redistributiva que transformam a distribuição de renda e riqueza entre as pessoas, ou seja, igualdade social.

d) Estabilizadora aqui estão os formuladores de políticas que se preocupam em estabilizar os agregados econômicos, tal como taxa de inflação.

Os principais instrumentos para garantir tais objetivos, segundo Vasconcelos e Garcia (2004), são as políticas fiscais, monetária e cambial.

A política fiscal segundo Vasconcelos e Garcia (2004, p. 91)

Refere-se a todos os instrumentos de que o governo dispõe para arrecadar tributos (**política tributaria**) e controlar suas despesas (**política de gastos**).

A política tributária, além de influir sobre o nível de tributação, é utilizada, por meio da manipulação da estrutura e alíquotas de impostos, para estimular (ou inibir) os gastos de consumo do setor privado.

Sendo assim, se o objetivo é baixar a inflação, as medidas fiscais adotadas serão a diminuição de gastos públicos e/ou aumento da tributação, que dificulta o consumo. Por outro lado, se o objetivo é aumentar os índices de emprego, as medidas são as mesmas, mas de forma inversa, elevando a demanda agregada.

Neste contexto, o governo pode alterar o volume das receitas e os gastos públicos através dos impostos, despesas do governo e orçamento do governo. Por conseguinte, o resultado do setor público pode ser dividido em superávit/déficit primário ou fiscal, este é caracterizado como sendo o resultado positivo ou negativo alcançado quando a receita é superior ou inferior aos gastos independente dos juros ou dívida passada. Déficit operacional este é calculado pelo resultado primário, acrescentado do pagamento de juros da dívida anterior. O déficit do setor público por sua vez, pode ser financiado por recursos como a emissão de moeda, em que o Banco central (BACEN) cria moeda para financiar a dívida, este procedimento também é chamado de monetização da dívida, e empréstimos que corresponde a venda de títulos da dívida pública para o setor privado interno ou externo. (CLETO e DEZORDI, 2010)

A política cambial para Escóssia (2009, p. 1) é,

Constituída pela administração das taxas (ou taxas múltiplas) de câmbio, pelo controle das operações cambiais, tendo como objetivo central o mercado externo, no sentido de manter equalizado o poder de compra do país em relação aos outros com os quais este mantenha relações de troca.

Sendo assim, a taxa de câmbio é determinada basicamente pela lei da oferta e da procura. Ou seja, se a oferta é menor que a procura, o preço do dólar em reais, sobe. Porém, se a oferta é maior que a procura, o preço cai. São diversos os fatores que influenciam a oferta e demanda de dólares. O BACEN é quem definem a política cambial. (ESCÓSSIA,2009)

Por fim, a política monetária tem como objetivo, segundo Cleto e Dezordi (2010, p. 18)

Controlar a oferta de moeda na economia. Determinar a quantidade de moeda (dinheiro) na economia é função do conselho monetário internacional (CMN), com participação do BACEN. Ao determinar a quantidade de dinheiro, tem-se a formação da taxa de juros, ou seja, a taxa de juros pode ser simplificada interpretada como sendo o “preço do dinheiro”.

Por conseguinte, segundo o mesmo autor, a política monetária consiste no controle da oferta de moeda para definir a taxa de juros do mercado. O Banco Central eleva a taxa de juros, diminuindo a oferta monetária e a reduz de forma inversa.

Existem dois tipos de política monetária, a expansionista e a restritiva. A política monetária restritiva tende a reduzir o crescimento da quantidade de moeda e encarecer os empréstimos, ou seja, diminuir a quantidade de dinheiro em circulação ou mante-la estável para esfriar a economia e evitar o aumento de preços. A política monetária expansionista tende a acelerar a quantidade de moeda e baratear os empréstimos, incidindo de forma positiva na demanda agregada, ou seja, a quantidade de dinheiro é aumentada para aquecer a demanda e incentivar o crescimento econômico. (ESCÓSSIA, 2009)

2.1.5 Barreiras ao livre comércio internacional

O protecionismo é uma forma de o governo proteger a indústria nacional da concorrência externa. Segundo Luz (2008) os motivos que levam os países a usarem esse mecanismo são a proteção à indústria nacional já citada, promoção da segurança nacional, deslealdade comercial, déficit no balanço de pagamentos, elevados níveis de desemprego, estímulo à substituição de importação e o diferencial de salários.

Existem várias formas de protecionismo. São eles: subsídio, tarifas, quota de importação, barreiras técnicas, taxas múltipla de cambio, acordos voluntários de restrição as exportações, barreiras não-tarifárias, barreiras sanitária e fitossanitária.

Os subsídios de acordo com Maia (2006) são ferramentas governamentais criado para reduzir o custo de produção de algumas mercadorias com o intuito de serem

mais competitivas em preços comparadas com as produzidas no exterior. O subsídio destinado à exportação poderá se caracterizar em *dumping*. Porém o subsídio é para a produção de produtos designados ao consumo nacional, para aumentar a competição com a produção estrangeira.

As quotas de importação ainda segundo Maia (2006), são barreiras não alfandegárias que afetam principalmente e fortemente as exportações de países em desenvolvimento. Este sistema obriga o país importador criar um tipo de controle, geralmente feito através de emissão de licença de importação. O sistema de quotas tem como objetivo suprir o mercado interno da quantidade de mercadorias que a produção nacional não consegue atender.

As barreiras técnicas ao comércio são mecanismos que impedem ou dificultam o livre fluxo de mercadorias entre países sob uma alegação, legítima ou não, de natureza técnica. São barreiras formadas por regulamentos técnicos lançados pelo governo, porém não podem restringir o comércio mais que o necessário para alcançar um determinado fim. (BARREIRAS, 2009)

As taxas múltiplas de câmbio de acordo com Maia (2006) é a criação por parte do governo de mais de duas taxas de câmbio para ter um controle da importação. Os produtos classificados como essenciais recebem as taxas favorecidas e os não essenciais com taxas elevadas.

No que tange aos Acordos Voluntários de Restrição às Exportações (AVRE), Carvalho e Silva (2007) ressaltam que a criação desses acordos foi o caminho encontrado pelos países desenvolvidos para possibilitar os governos atender as demandas de compromissos multilaterais. Por meio desses acordos, por negociações bilaterais, a parte exportadora tem o compromisso de reduzir a quantidade exportada ao mercado importador. Segundo o autor os Estados Unidos é o país mais resguardado por essa barreira.

O termo barreiras não-tarifárias de acordo com os autores acima designa restrições relacionadas aos regulamentos sanitários e de saúde, normas técnicas e outras práticas que atrapalham e até mesmo chegam a impedir o comércio. Normalmente são

consideradas barreiras não-tarifárias as medidas e os meios de política econômica que afetam o comércio bilateral ou multilateral que dispensam mecanismos tarifários.

As barreiras sanitárias são medidas não tarifárias e tem como objetivo proteger a vida e a saúde humana e animal contra riscos oriundos de aditivos, agrotóxicos, doenças e organismos causadores de doenças. Por outro lado as medidas fitossanitárias objetivam proteger as plantas e frutas de pestes e doenças. (ICONEBRASIL, 2007)

2.1.6 Câmbio

Para compreendermos o que é câmbio é necessário saber o significado de moeda. A moeda é o meio pelo qual utilizamos para adquirir algo, liquidar dividas entre outros. Sendo assim, a moeda é uma propriedade instrumental que promove as trocas e comporta a medida ou a comparação de valores. (LUZ, 2008)

Cada país possui uma moeda, com valores distintos. Tem-se ai a necessidade de um ponto de encontro para compra e venda de moedas. De acordo com Luz (2008) o mercado cambial é onde se compra e vende moedas estrangeiras, essenciais para liquidar as operações de comércio exterior ou transferências. Alguns bancos do país são autorizados pelo banco central a operar no mercado de câmbio.

Contudo é o contrato de câmbio que é firmado nas operações comerciais. Nesse contrato as partes definem o preço da moeda e o prazo de pagamento. Existem dois elementos a contratação e a liquidação. A contratação é o fechamento da taxa de câmbio. Quando esse contrato é firmado a taxa cambial não poderá se alterada. A liquidação nada mais é do que a efetiva entrega das moedas de acordo com a taxa fixada.

Por conseguinte, segundo Maia (2006), a taxa cambial é o custo, em moeda nacional, de uma unidade de moeda estrangeira. Então toda operação em que há a troca

de moeda nacional por estrangeira ou ao contrário se configura um câmbio. Ou seja, taxa nada mais é do que o preço da moeda, esta está à mercê da lei da oferta e da procura e serve para corrigir as deformidades do mercado e mede o valor externo da moeda quando o regime cambial for flutuante. As forças que afetam a taxa de câmbio são, por exemplo, as taxas de juros.

O regime cambial é a regra que a autoridade monetária toma para determinar a taxa de câmbio. Existem basicamente dois tipos de câmbio, o câmbio fixo e o flutuante.

No regime de cambio fixo, o banco central fixa o preço de uma moeda estrangeira em moeda nacional. Segundo Carvalho e Silva (2007) a autoridade monetária garante a conversão da moeda estrangeira em nacional, ao preço estipulado. As transações no exterior que abranjam entrada e saída de divisas têm de seguir a taxa de cambio fixa para converter as moedas.

O cambio fixo era uma prática comum para os países filiados ao Fundo Monetário Internacional (FMI). Atualmente é utilizada em países da União Européia. Quando uma taxa de câmbio de certo país é fixa em relação à outra, esta pode ser considerada uma âncora. Deste modo, quando se adota um regime fixo é o mesmo que dizer que uma moeda é âncora da outra.

De acordo com Carvalho e Silva (2007) no regime de câmbio flutuante ou flexível, o banco central admite ao mercado cambial estabelecer o preço da moeda estrangeira. De um lado existe quem demanda a moeda estrangeira, do outro que demandam moeda nacional. Na prática os governos adotam esse tipo de regime.

Sendo assim, a taxa de câmbio reflete a cada minuto as condições de demanda e oferta de moeda estrangeira. Esse regime garante a competitividade externa. No câmbio flutuante estrito as autoridades monetárias não interferem no mercado de divisas, estabelecendo uma flutuação limpa. Porém é comum os bancos centrais intervirem quando preço da moeda estrangeira se afasta muito do valor conveniente pelo governo, caracterizando um regime de flutuação suja.

2.1.7 Balanço de pagamentos

O balanço de pagamentos versa no

“registro contábil de pagamentos efetuados entre os agentes residentes e os não-residentes em determinado país, tomando-se como residentes os agentes que produzem e utilizam bens e serviços dentro do país” (BAUMANN, CANUTO e GONÇALVES, 2004, P.257)

Ainda segundo o autor a estrutura da balança de pagamentos mostra os fluxos da entrada e saída de mercadorias, ativos financeiros e monetários do país no decorrer de certos períodos.

Segundo Carvalho e Silva (2007) as transações correntes do balanço de pagamento são aquelas que produzem fluxos movimentações de bens, serviços e rendas entre residentes e não de um país. Possui em sua subdivisão a balança comercial que registra o resultado das importações e exportações pelo valor *free on board* (FOB). Engloba todas as trocas de bens móveis de um país, até mesmo o ouro não monetário.

O balanço de serviços registra o saldo dos serviços apresentados e recebidos pelos residentes de um país. Essa conta possui desdobramentos com o intuito de evidenciar serviços como financeiros e de comunicação. Entre seus componentes estão os transportes e as viagens internacionais.

As transferências unilaterais correntes segundo Luz (2008) obedecem às transferências unilaterais de bens e moeda, para o consumo corrente. Ficam de fora dessa conta as transferências relativas a patrimônio de migrantes internacionais, colocadas na conta capital.

Na conta capital são registradas as transferências unilaterais de capital com relação ao patrimônio de migrantes e a aquisição e bens que não são financeiros, não produzidos, como exemplo, as patentes e marcas.

2.1.8 Sistema financeiro e instituições internacionais o acordo de Breton Woods: FMI, BIRD, OMC

No ano de 1944, membros de 45 países se reuniram em Breton Woods para debaterem as medidas econômicas essenciais para a paz, assim como medidas para reformar o sistema monetário internacional. O conjunto de medidas acordadas passou a ser conhecido como o sistema Breton Woods que abrange tanto iniciativas para suportar os desequilíbrios externos dos países participantes, quanto o aparato institucional para gerar a liquidez e financiar o desenvolvimento econômico.

Segundo Maia (2006) nesse acordo foi utilizado duas teses: a de Keynes e a de Harry White. A primeira tinha como ponto fundamental a criação de um sistema para segurar a liquidez internacional, um dos fatores para se alcançar esse objeto era a criação da *International Clearing Union*, que seria um banco central internacional. A segunda foi aprovada, e tinha como um de seus objetivos auxiliar a reconstrução das economias devastadas pela guerra, para atingi-lo idealizou-se o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD) e o Fundo Monetário Internacional (FMI).

Os objetivos do FMI se constituiu através do temor que a desorganização econômica causadas pela segunda guerra mundial pudessem gerar novos conflitos, com isso a necessidade de uma instituição que contribuísse para a estabilidade financeira e econômica do mundo. (MAIA, 2006)

O FMI tinha como função agenciar a flexibilidade nos ajustes externos dos países membros (para suprir durante um período as suas contas correntes), supervisionar as políticas econômicas dos países com déficit, negociar possíveis ajustes cambiais em caso de desequilíbrio. Este era, portanto, um fórum para examinar as condições econômicas dos países associados. (FERREIRA, 2010)

Outra instituição criada foi o Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD) também conhecido como Banco Mundial, tinha como objetivo dar condições para reconstruir e desenvolver os países devastados pela guerra.

Contudo Maia (2006) observa que o BIRD também passou a atender especialmente os países em desenvolvimento. Hoje o fundo volta a fazer financiamentos privados para os países, particularmente os subdesenvolvidos. Sendo assim, o objetivo desse banco é ajudar o crescimento do comércio internacional, mediante a esses empréstimos de médio e longo prazo.

Baumann, Canuto e Gonçalves (2004) citam que nessa oportunidade, também esteve a ponto a criação da Organização Internacional do Comércio (OMC), uma instituição para a regulamentação de comércio entre os países, terceiro aspecto importante das relações internacionais.

O acordo Bretton Woods fixou o dólar norte americano como referência para a paridade das demais moedas. Isto fez com que o dólar fosse aceito amplamente e passou a ser a moeda reserva de vários países.

O período de vigência do Bretton Woods é dividido em dois períodos: de 1946 a 1960 e de 1960 a 1973. O primeiro período é de escassez de dólares e o segundo de abundância de dólares.

2.2 INTEGRAÇÃO REGIONAL E FORMAS DE INTEGRAÇÃO

A integração entre as nações começa a se intensificar após a segunda guerra mundial, em parte, o período que antecedeu era marcado por excesso de protecionismo. A idéia de livre comércio com o ritmo de liberalização que resultaram dos acordos do Acordo Geral de Tarifas e Comercio (GATT) passaram a fazer parte do discurso sobre a formação de blocos econômicos. (CARVALHO e SILVA, 2007)

Alguns países da Europa Ocidental deram os primeiros passos no seu processo de integração, que teria como decorrência a atual União Européia. Para alguns analistas a formação desse bloco aconteceu mais por razões políticas do que

econômicas. Após os horrores de duas guerras, um conjunto de países europeus firmaram esse propósito para garantir a paz por meio da integração.

Ainda de acordo com Carvalho e Silva (2007), os maiores avanços da integração da União Européia aconteceram no campo econômico e seu sucesso aparente ajudou a disseminar a idéia de blocos econômicos no mundo. A América Latina propôs a Comissão Econômica para a América Latina, com a intenção de estimular a industrialização para substituir importações.

Hoje há mais de 30 grupos regionais, envolvendo por volta de 120 países. Essa tendência pode ser pelo aumento da interdependência, onde os países estão participando cada vez mais de acordos para não ficar em desvantagem com aqueles que já são articuladores de blocos e se fortalecer diante da concorrência nas negociações internacionais. (CARVALHO e SILVA, 2007)

“Os blocos econômicos são associações de países que estabelecem relações comerciais e econômicas privilegiadas entre si”⁶. Atualmente os países procuram participar de acordos em função de interesses comuns. Existem vários tipos de integração, que são classificados segundo o grau de interdependência.

Segundo Luz (2008) a zona de livre comércio é a forma de integração em que dois ou mais países não cobram impostos entre si na importação e exportação, além de serem eliminadas todas as formas de restrição. Porém os países têm autonomia no seu comércio interno e com terceiros países.

A união aduaneira além de ter características da área de livre comércio mantém uma tributação alfandegária igual para os países terceiros. Ou seja, os países não terão barreiras comerciais. Eles passam a adotar uma política comercial uniforme.

No mercado comum a liberdade de deslocamento não é limitada aos produtos, engloba também os fatores de produção principalmente capital e mão de obra. Ademais a política comercial entre os participantes do bloco é uniforme.

⁶ CINTRA, Marcos. **Blocos econômicos**. Disponível em:
<<http://www.marcoscindra.org/novo/default.asp?Idsecao=14>> acesso em: 12 jun.2005

A união econômica, além de ter características do mercado comum entre seus países membros apresenta políticas econômicas harmonizada. Essa harmonização compreende as políticas monetárias, cambial e fiscal.

A integração econômica total esta além da união econômica. Essa etapa é caracterizada pela livre circulação de bens, serviços e fatores de produção. A moeda é única e as políticas econômicas sociais são formuladas por autoridades supranacionais com representantes de cada país associado.

E por fim, ainda segundo Luz, existem as zonas preferências que é um espaço anterior a área de livre comércio. Elas são analisadas como um tratamento especial entre os países e não uma forma de integração. Isso acontece quando se reduz uma tarifa alfandegária para um determinado produto ou conjunto de produtos.

2.2.1 Blocos Econômicos: MERCOSUL; Nafta; União Européia, Apec

2.2.1.1 Mercado Comum do Sul

Em julho de 1986, em Buenos Aires foi assinada a ata para a Integração Argentino-Brasileira que constituiu o Programa de Integração e Cooperação Econômica (PICE), a fim de elevar a integração econômica. Em julho de 1990, Brasil e Argentina assinaram a ata de Buenos Aires que fixou o prazo de implementação do mercado comum. Em 1991, com a participação do Paraguai e Uruguai, os quatro países assinaram o Tratado de Assunção para a constituição do Mercado Comum do Sul, (MERCOSUL). (LUZ, 2008)

Um dos objetivos deste tratado é:

A livre circulação de bens, serviços e fatores produtivos entre os países, através, entre outros, da eliminação dos direitos alfandegários, restrições não

tarifárias á circulação de mercadorias e de qualquer outra medida de efeito equivalente. (LUZ, 2008 p.394)

Atualmente os países do MERCOSUL têm as tarifas cobradas no comércio intrazona, eliminadas. Assim os bens circulam livremente entre os quatro países, com algumas exceções, uma delas são os automóveis.

Em 1994 foi adotada a tarifa externa comum (TEC), porém os quatro países possuem o direito de escolherem um número de códigos da Nomenclatura Comum do Sul (NCM) para colocar tributos do jeito de lhes convém.

O MERCOSUL é considerado uma imperfeita união aduaneira, por haver exceções dentro e fora do bloco. No que tange aos fatores de produção, ainda não há uma circulação livre, por isso ainda não atingiu o estágio de mercado comum. (LUZ, 2008)

2.2.1.2 Acordo Norte-americano de Livre Comércio

De acordo com Luz (2008) o Acordo de Livre Comércio antecedeu o NAFTA firmado em 1988 entre o Estados Unidos e Canadá. Esse acordo tinha como finalidade a área de livre comércio entre os dois países. Depois foram iniciadas as negociações com o México para a sua adesão.

O Acordo Norte- Americano de Livre Comércio vigorou em 1994. Entre os Estados Unidos e Canadá, a área de livre comércio foi atingida em 1998, ficando de fora alguns produtos agrícolas. Com relação ao México a área foi atingida em 2003, porém para alguns produtos.

Segundo Luz, além da eliminação das barreiras tarifárias, devem por fim as barreiras não- tarifárias. Ficam de fora exceções como os automóveis e as cláusulas de salvaguarda.

Ainda de acordo com o autor o regime de origem prevê as transformações de cada mercadoria para que seja considerada de origem do bloco e tenha livre circulação. Um dos pontos para que a mercadoria seja originária é que ela seja integralmente produzida no território do estado associado.

2.2.1.3 União Européia

A Integração econômica européia remota a união aduaneira criada em 1948, Bélgica, Netherlands e Luxemburgo (BENELUX). Em 1952 a Alemanha, Itália e França se uniram e formaram a Comunidade Européia de Carvão e Aço (CECA), nesse bloco, carvão, aço e minério de ferro circulavam livremente sem sofrer restrições tarifárias e não tarifárias.

Em 1992, foi firmado o tratado de Maastricht, esse tratado previa a criação de um bloco comercial com características econômicas de integração total, com moeda única e instituições supranacionais, livre circulação de bens, serviços e fatores de produção, além da garantia da cidadania única aos habitantes dos países associados. (LUZ, 2008)

A partir de 2002 os países membros da União Européia, exceto a Grã Bretanha adotaram o euro para a livre circulação na chamada zona do euro, que engloba 16 países. A criação de uma moeda única tinha como propósito a unificação monetária e a facilitação do comércio entre os membros.

A União Européia possui características próprias e instituições supranacionais incumbidas de criar normas e serem observadas pelos Estados e pelas pessoas jurídicas e físicas.

Entre a estrutura da União Européia está o conselho da União Européia que é composto por um membro de cada país associado. É o órgão máximo da União Européia. (LUZ, 2008)

2.2.1.4 Cooperação econômica da Ásia e do pacífico

Foi criada em 1989 para fortalecer o crescimento econômico e a prosperidade para a região da Ásia-Pacífico. Desde sua formação a cooperação da Ásia e do pacífico tem se preocupado em reduzir as tarifas e outras barreiras comerciais em toda a região, criando economias domésticas eficientes e a elevação das exportações. (ASIA-PACIFIC ECONOMIC COOPERATION, 2009)

A cooperação econômica da Ásia e do pacífico (APEC) é um fórum para facilitar o crescimento econômico, a cooperação, o comércio e o investimento na região Ásia-Pacífico. A APEC não tem obrigações decorrentes do tratado exigido de seus participantes, as decisões são tomadas por consenso e os compromissos assumidos voluntariamente. (ASIA-PACIFIC ECONOMIC COOPERATION, 2009)

A APEC possui 21 membros nomeados com Estados economias, que representa aproximadamente 40,5% de população mundial, cerca de 54,2% do PIB mundial e cerca de 43,7% do comércio mundial. Os 21 Estados são: Austrália, Brunei, Canadá, Chile, República Popular da China, Hong Kong, China, Indonésia, Japão, República da Coreia, Malásia, México, Nova Zelândia, Papua Nova Guiné, Peru, República das Filipinas, A Federação Russa Singapura, Taipé Chinês, da Tailândia, Estados Unidos da América, Vietname.(ASIA-PACIFIC ECONOMIC COOPERATION,2009)

3 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DE DADOS

3.1 GRUPOS ECONÔMICOS

Os grupos econômicos são grupos de países que se articulam para tomar decisões significantes debatendo e constituindo parâmetros, princípios e normas orientadoras a respeito de assuntos econômicos e/ou sociais. Os grupos debatem também temas polêmicos em função de certas circunstâncias envolvendo aspirações opostas em relação ao comércio internacional ou questões análogas. Assim sendo, estes grupos caracterizam-se como fóruns que agrupam países que apresentam geralmente determinadas características em comum. Buscando dessa forma, o consenso em relação a determinadas atitudes ou formam grupos que pressionam para atingir interesses específicos.

3.1.1 G-7 ou G-8

Desde o ano de 1976, chefes de Estados e diplomatas das sete maiores economias e industrializadas nações democráticas de mundo começaram a se reunirem todos os anos para debater importantes questões econômicas e políticas mundiais. Ainda que sempre entre em pauta questões e preocupações domésticas de cada país integrante, a grande parte do debate é assinalada por temas como a que se referem à comunidade internacional. (REUNIÕES, 2007)

A origem do G-7 se deu com a crise do petróleo de 1973 e com a recessão econômica causada por ela. Nesse mesmo ano (1973), os Estados Unidos promoveram uma reunião informal com os ministros das finanças de alguns governos europeus para resolução dos problemas causados pela crise. (REUNIÕES, 2007)

Formalmente a primeira reunião dos líderes dos seis países aconteceu em Rambouillet em 1975, por iniciativa do presidente da França Valéry Giscard d'Estaing. Em geral essas reuniões oferecem oportunidades para que os líderes destes países debatam questões internacionais e deliberem prioridades a serem buscadas. Em ordem de grandeza econômica o grupo dos sete é formado pelos seguintes países: Estados Unidos, Japão, Alemanha, Reino Unido, França, Itália e Canadá. Desde então, estes países decidem se reunirem anualmente. Enquanto os seis primeiros participaram de todos os encontros desde a formação, o Canadá juntou-se aos demais em 1976. (G8, 2010)

Em 1994, a Rússia começou a participar das conversas e aos poucos começou a ser recebida pelos sete países, sendo reconhecido seu esforço em deixar para trás a antiga economia socialista e implantar reformas mais democráticas. Neste contexto a Rússia foi admitida oficialmente quando sediou a primeira reunião em seu país, em 2006. Desde a sua adesão a Rússia tem participado de temas relacionados a questões de segurança e/ou militares, pois continua sendo a segunda indústria bélica do mundo (G8, 2010)

Com a admissão da Rússia o G-7 passou a ser G-8 e reuniu as oito maiores economias auto-proclamadas e mais industrializadas nações democráticas. Encontra-se então a exclusão da China que tem um PIB maior do que o da Alemanha, Reino Unido, Itália e Canadá. A União Européia tem um representante em cada reunião desde 1977, é considerada como um nono membro do clube, porém têm sua participação apenas em discussões econômicas, em hipótese alguma políticas. (REUNIÕES, 2007)

Com a força da globalização, notada especialmente na metade dos anos 90, estas reuniões se tornaram cada vez mais necessárias e importantes. As reuniões do G8 apresentam boas oportunidades não só no debate de importantes questões internacionais para definição de prioridades a serem buscadas, mas também serve para que os grandes líderes estabeleçam relações pessoais importantes em caso de uma crise mundial. (REUNIÕES, 2007)

Ainda que o G-8 tenha sido criado para debater temas econômicos, questões macroeconômicas como comércio internacional, as relações entre nações desenvolvidas

com os países em desenvolvimento e os rumos da globalização, as questões políticas passaram a fazer parte da pauta no fim dos anos 70. Tornando-se recorrentes conversas a respeito dos problemas ambientais, terrorismo, energia entre outros. Nos últimos anos os assuntos mais debatidos são: tecnologia, trabalho, comunicação, segurança, direitos humanos, saúde e educação. O grupo fez propostas para combater a Aids e estudar idéias de minimizar a dívida externa dos países subdesenvolvidos. Um dos últimos assuntos em pauta na reunião do G-8 foi a redução da emissão de gases do efeito estufa, causador do aquecimento global. (REUNIÕES, 2007)

O encontro dos líderes do G-8 terminado no início de junho de 2007, por exemplo, foi marcado por questões ambientais onde as potências concordaram que é necessária a redução das emissões dos gases do efeito estufa, porém não fixaram metas para combater o problema. Em 2006 na reunião de São Petersburgo, o grupo focou seus debates no conflito do Oriente Médio, pedindo moderação de palestinos e israelenses. Cobrou também mais vigor dos países da Organização Mundial do Comércio (OMC) para liberalizar o comércio mundial. (REUNIÕES, 2007)

O grupo dos oito é um fórum informal, ou seja, não é uma organização internacional estabelecida por um tratado. Sendo assim, os líderes do G8 podem definir metas e elaborar políticas, porém o cumprimento dos projetos é voluntário. As determinações do grupo são obtidas a partir de um consenso assumidas por seus integrantes. Os acordos sobre comércio e energia são os que mais são cumpridos, notadamente da parte de alemães, britânicos e canadenses. Por conseguinte, mesmo quando não são totalmente colocadas em prática, as decisões tomadas nas reuniões do G8 influenciam outras organizações mundiais, fazendo com que estas revêem suas ações fundamentadas nas discussões do grupo. (REUNIÕES, 2007)

Em suma, entre “as metas do G8 estão aumentar a cooperação em comércio e finanças, fortalecer a economia global, promover a paz e a democracia e evitar e resolver conflitos”. (ENTENDA, 2005)

Os críticos do G8 apontam que o grupo representa os interesses da elite dos países industrializados não se importando com as necessidades do resto do mundo, também atrai críticas por ser favorável a globalização. (ENTENDA, 2005)

3.1.2 G-20

A formação do G20 se deu em respastadas crises no final de uma década turbulenta na economia com a crise asiática⁷ além de a formação do grupo ter sido uma forma de os países ricos reconhecerem o peso dos emergentes, que são capazes de ameaçar os mercados com suas instabilidades. Em 1998, algumas reuniões se tornaram mais amplas do que as do G8, com até 33 países, começaram a dar espaço para a inclusão dos países em desenvolvimento na conversa. (G20, 2009)

Sendo assim, segundo Castro (2010), ministros da área econômica e representantes dos bancos centrais de 19 países que formam o G8 mais 11 emergentes formam o G20, criado em 1999, e tinha como finalidade ser um grupo representativo, dando mais legitimidade ao tratamento da estabilidade financeira e política.

Os países do grupo são: Alemanha, Canadá, Estados Unidos, França, Itália, Japão, Reino Unido, Rússia, Brasil, Argentina, México, China, Índia, Austrália, Indonésia, Arábia Saudita, África do Sul, Coreia do Sul e Turquia. O vigésimo membro é a União Europeia (em bloco) representado pelo Banco Central Europeu e pela presidência rotativa do conselho Europeu. Tem assento também no G20, o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional, bem como os Comitês Monetário e Financeiro e de Desenvolvimento por intermédio de seus representantes. (G20, 2009)

Desde 1999, o G20 possui a mesma composição. Características como equilíbrio geográfico e a representação populacional dos membros foram levados em consideração na época da criação do grupo. (G20, 2009)

⁷ Crise financeira asiática de 1997 que aumentou o temor de um desastre econômico mundial por contágio financeiro. Também conhecida como a crise do Fundo Monetário Internacional, começou com a desvalorização da moeda tailandesa, sucederam-lhe numerosas desvalorizações em Malásia, Indonésia e Filipinas, repercutindo também em Taiwan, Hong Kong e Coreia do Sul.

Segundo Castro (2010), juntos os países do G20 correspondem a cerca de 90% do produto interno bruto mundial (PIB) e cerca de 80% do comércio internacional, além de dois terços da população global.

O objetivo primordial do G20 de acordo com Valério (2009) é “Desenvolver políticas de promoção do crescimento sustentado na economia global”. Por conseguinte, defende a eliminação das restrições no movimento de capital internacional, favorecimento de negociações econômicas internacionais, flexibilização no mercado de trabalho, mecanismos de desregulamentação econômica, bem como criação de instrumentos para liberalização do comércio mundial.

O G20 não conta com uma equipe permanente, seu modelo de operação é rotativo, sendo que a presidência muda a cada ano. Para ter a garantia de continuidade dos trabalhos, a presidência opera com um esquema tripartite, chamado de Troica, uma diretoria formada por três peças chave concentra ao mesmo tempo um líder ligado a presidência anterior, um relacionado à atual e outro a futura gestão. A cada presidência, defini-se um secretariado provisório, este coordena os trabalhos e organiza as reuniões do G20. (G20, 2009)

As reuniões do G20 acontecem geralmente uma vez por ano. A exemplo, em 2008 foram tratados tópicos orçamentários e monetários, comerciais, energéticos, saídas para o crescimento e formas de combate ao financiamento terrorista. O Brasil, em sua presidência rotativa de 2008 propôs alguns temas: competição nos mercados financeiros, energia limpa e desenvolvimento econômico, bem como elementos fiscais de crescimento e desenvolvimento. (G20, 2009)

Castro (2010) salienta que, existem ainda muitos desafios para serem superados pelo G20 para que venha a se concretizar um fórum permanente dos líderes econômicos mundiais, pois dentro do grupo se encontram países distintos quanto ao grau, levando assim, a uma divergência de objetivos. Dificilmente as políticas nacionais são deixadas pra trás em detrimento de uma ação coletiva que gere custo aos mesmos. Porém deve-se notar a dedicação por parte dos vinte em empregar políticas econômicas que beneficie a toda a ordem internacional.

3.1.3 G-3

O G3 é o grupo formado por Índia, Brasil e África do Sul (também conhecido como IBSA) se caracteriza como sendo um fórum de diálogo de iniciativa trilateral desses países para gerar a cooperação Sul-Sul. Oficialmente originou-se em Brasília, em 2003, a partir da adoção da Declaração de Brasília, esta, destaca que os principais motivos de união da Índia, Brasil e África do Sul são por serem países democráticos, em desenvolvimento, e com capacidade de agir em escala global. (PUCMINAS, 2010)

Deste modo o G3 é um mecanismo de coordenação entres esses três países emergentes, democracias multiculturais e étnica, determinados a ajudar na construção de uma nova arquitetura internacional, para terem mais participação em conjunto a respeito de questões globais, além de abrir projetos de cooperação e parceria com países menos desenvolvidos. (IBSA-TRILATERAL, 2010)

O grupo mantém uma estrutura flexível e aberta. Não tem uma sede, tampouco uma secretaria executiva permanente. No nível mais alto encontram-se os chefes de Estado e Governo. Por conseguinte, os ministros dos negócios estrangeiros reúnem-se uma vez por ano para presidir as Comissões Mistas do Fórum. (IBSA-TRILATERAL, 2010)

O progresso das atividades do grupo são divididas em quatro faixas, segundo o site oficial do grupo IBSA- Trilateral (2010):

- a) Coordenação Política;
- b) Setoriais de cooperação, através de 16 grupos de trabalho;
- c) Fundo IBAS para Alívio da Pobreza e da Fome;
- d) A participação de parlamentares, sociedade civil, empresários e formadores de opinião.

3.1.4 G-77

O G77 por sua vez, foi criado em 1964, com setenta e sete países em desenvolvimento que assinaram a Declaração Conjunta dos Setenta e Sete Países emitida na primeira sessão da Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento (UNCTAD). A primeira reunião do grupo dos setenta e sete se deu em Argel (Argélia) em 1967, aprovando a Carta de Argel, caracterizada como uma estrutura institucional permanente. Mesmo que o G77 tenha ampliado o número de países para 133, o nome se manteve devido à importância histórica. O grupo é bastante heterogêneo e compõe potências econômicas como a China e a Índia até nações pequenas, porém ricas como os emirados do Golfo Pérsico. (THE GROUP OF G77, 2010)

Tido como o maior grupo em desenvolvimento nas Nações Unidas, o G77, fornece meios para os países articular e promover os interesses econômicos coletivos, melhorar a negociação conjunta das grandes questões da economia internacional, assim como, a cooperação técnica e econômica entre os países em desenvolvimento. As atividades são financiadas pela contribuição dos países membros. (THE GROUP OF G77, 2010)

Quanto ao funcionamento do G77, a presidência é o mais alto órgão político dentro da estrutura e gira sobre uma base regional entre a África, Ásia, América Latina e Caribe e é mantida por ano. A reunião do Sul é o órgão supremo de decisões do grupo. É acionada uma vez a cada cinco anos. (THE GROUP OF G77, 2010)

3.2 BRASIL, RÚSSIA, ÍNDIA E CHINA (BRIC)

O acrônimo BRIC são as iniciais de Brasil, Rússia, Índia e China, foi criado pelo economista Jim O’Nill em 2001 referindo-se a quatro países que se destacaram no

cenário internacional e apresentarão elevadas taxas de crescimento econômico até 2050. São países em desenvolvimento, que constituem uma associação comercial, onde os integrantes apresentam características econômicas e índices de desenvolvimento similares, visando a cooperação para impulsionar suas economias em escala global. (BRASIL, 2010)

O estudo destaca que cada país do BRIC enfrenta desafios distintos para a manutenção de crescimento. Sendo assim, existe uma grande chance das previsões não se firmarem, por exemplo, políticas ruins dos governos. Por outro lado, se o BRIC permanecerem próximos das projeções as implicações na mudança de cenário econômico mundial serão grandes colocando a frente as economias em desenvolvimento. O crescimento dos quatro países do BRIC entre 2003 e 2007 representou 65% da expansão do PIB mundial. Quanto à paridade do poder de compra, o PIB dos países do BRIC já supera os dos Estados Unidos e da União Européia. Alguns números, como o de 2003, mostram que o BRIC correspondia por 9% do PIB mundial, porém em 2009 as economias somavam 14,3% da economia mundial. (BRASIL, 2010)

Apesar de não serem as maiores economias mundiais, já exercem grande influência que pode ser claramente observada nas reuniões da OMC, em 2005, por exemplo, os países em desenvolvimentos liderados pelo Brasil e Índia estabeleceram a retirada dos subsídios governamentais e a redução nas tarifas de importação e comércio na União Européia e nos EUA. Elevando com isso o crescimento do BRIC e alguns outros países afetados pela pobreza. (LEMME, NAIDIN e GADELHA, 2010)

O BRIC até 2006 destacavam uma experiência de quatro países que tinham características individuais que poderiam ser considerados um conjunto, porém não como um mecanismo que permitisse a articulação entre eles. Com a Reunião de Chanceleres dos quatro países organizada à margem da 61^a Assembléia Geral das Nações Unidas, em dezembro de 2006, o grupo Brasil, Rússia, Índia e China começam a trabalhar em conjunto, pode-se dizer, então que o grupo passa a atuar no cenário internacional como BRIC. (BRASIL, 2010)

Segundo Fletes (2010), o BRIC tem um caráter informal entre os foros internacionais. Não possui um documento constitutivo, nem funciona como um

secretariado fixo e não tem fundos destinados a financiar qualquer de suas atividades, ou seja, a BRIC não é uma entidade política. É um grupo que se encontra para trocar entre si seus pontos de vista e, que quando alcançado um acordo comum, defendem sua posição. Porém divergem em certos assuntos.

Flemes (2010) cita que, as prioridades diferentes do BRIC defendidas por eles, são manifestações de problemas que deverão encarar, uma das prioridades do grupo é a reforma do sistema econômico e financeiro global, bem como assuntos relacionados à segurança alimentar. Na cúpula realizada em Ekaterinburgo, por exemplo, o Brasil ansiava discutir as políticas agrícolas. Apenas a Índia e o Brasil compartilham o interesse da reforma no Conselho de Segurança da ONU. Um elemento unificador do Brasil, Rússia e Índia no BRIC parece ser a respeito da China, sócio comercial para todos os três.

O mesmo autor ainda destaca que, o mais expressivo e importante interesse comum dos países do BRIC é a questão por uma maior participação e voz nas instituições financeiras internacionais. No intuito de conseguir tal aspiração, os países do BRIC acordaram que devem se reunir mais antes das reuniões do G20 e do G8, para restauração das instituições Bretton Woods.

3.2.1 Brasil

A República Federativa do Brasil, pela dimensão de seu território é de 8,5 milhões de Km², que o faz ser o quinto maior país do mundo em extensão territorial, representando 21% da área total do continente americano e 47,7% da América do Sul. Faz fronteira com quase todos os países da região, exceto Chile e Equador, o território do país é dividido em cinco grandes regiões⁸ cada uma engloba Estados⁹ com aspectos físicos, humanos, econômicos e sociais homogêneos. Tem como capital Brasília, que se situa no centro do território brasileiro. Porém os grandes centros econômicos,

⁸ Norte, Nordeste, Sul, Sudeste e Centro-oeste.

⁹ Unidades da Federação.

comerciais e industriais situam-se longe da capital, em geral são cidades mais próximas ao litoral do Oceano Atlântico, a maior delas é São Paulo localizada na região Sudeste do país. (BRASIL, 2006)

Localização geográfica do Brasil



Figura1- localização geográfica do Brasil

Fonte: BRASIL. **conhecendo o Brasil em números**. Disponível

em:<<http://www.mdic.gov.br/sitio/interna/interna.php?area=5&menu=2701>,> acesso em: 2 out. 2010

O país é o quinto mais populoso do mundo, com aproximadamente 190 milhões de habitantes segundo o IBGE (2009). Cerca de 40% concentra-se na região sudeste. Mais de 83,8% da população vive em centros urbanos. O Brasil tem uma população economicamente ativa de 52,4%. A taxa de analfabetismo gira em torno de 10%. Possui um elevado Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) de 0,813. (BRASIL, 2010)

No Brasil a forma de governo vigente é o presidencialismo, tem a democracia como regime político, o português como idioma oficial, a moeda oficial o Real e como ordenamento jurídico a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Administrativamente o Brasil é dividido em 26 Estados e o Distrito Federal, com

aproximadamente 5.560 municípios. Os poderes da união dividem-se entre Executivo-representado pelo Presidente da República, auxiliado pelos ministros de Estado, pelos governadores de Estados e prefeitos dos municípios, com secretariados-, o Legislativo-senadores, deputados federais e estaduais e vereadores, elaboram leis- e o Judiciário-representado pelo Supremo Tribunal Federal (STJ), o Superior Tribunal de Justiça (STJ) e os Tribunais Regionais Federais-. (BRASIL, 2006)

No Brasil, a década de 1990, foi marcada por reformas liberalizantes, abertura comercial e financeira¹⁰ e pela política de estabilização da economia alcançada com o Plano Real, que alivio o crescimento para o fortalecimento das instituições nacionais para controlar a inflação e atrair investimentos externos. Assim, mesmo com a eleição do presidente Lula a direção da política econômica manteve no geral as linhas do governo FHC, com relação a área social foram adaptados alguns conceitos de acordo com princípios do partido dos trabalhadores (PT) .(VIEIRA e VERÍSSIMO, 2008)

Segundo Vieira e Veríssimo (2008) o desenvolvimento do Real foi baseado na estabilidade de preços que estimularia o setor privado, a abertura comercial mais o cambio valorizado dariam eficiência aos produtos domésticos.

A política econômica adotada pelo Brasil nos últimos anos visa três objetivos essenciais que são o controle da inflação, o equilíbrio das contas externas e a promoção para o desenvolvimento econômico. Um dos fatores para alcançar a estabilidade econômica foi adotar a livre flutuação cambial, a adoção do sistema de metas para a inflação¹¹ e os esforços para ajuste fiscal, tomando como base os superávits nas contas primárias do governo. O ajuste fiscal tomou forma com a criação da Lei de Responsabilidade Fiscal, estabelecendo limites para os gastos públicos. (BRASIL, 2006).

De acordo com a figura 2 o PIB brasileiro em 2000 cresceu 4,3% enquanto em 2009 deixou de crescer 0,2% em relação ao crescimento de 2008 que foi de 5,1%.

¹⁰ Desregulamentação dos mercados, privatizações e redução da atuação do Estado.

¹¹ O Banco Central fixa e divulga um intervalo para a variação do índice de inflação anual, de forma coordenar as expectativas inflacionárias dos agentes econômicos e criar uma “âncora” para os preços.

PIB do Brasil valor e taxa de crescimento real-2000/2009

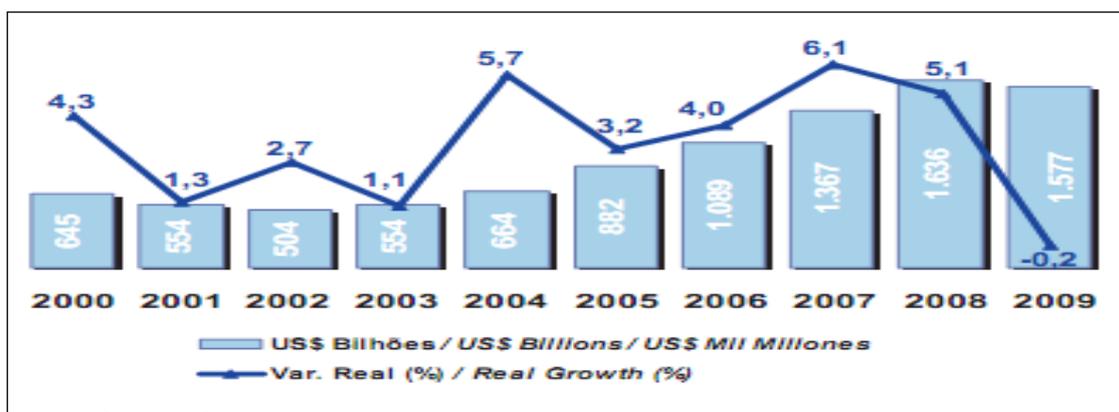


Figura 2: PIB do Brasil valor e taxa de crescimento real-2000/2009

Fonte: BRASIL. *conhecendo o Brasil em números*. Disponível

em: <<http://www.mdic.gov.br/sitio/interna/interna.php?area=5&menu=2701>>, acesso em: 2 out. 2010

PIB do Brasil taxa trimestral de crescimento real- 2008/2010

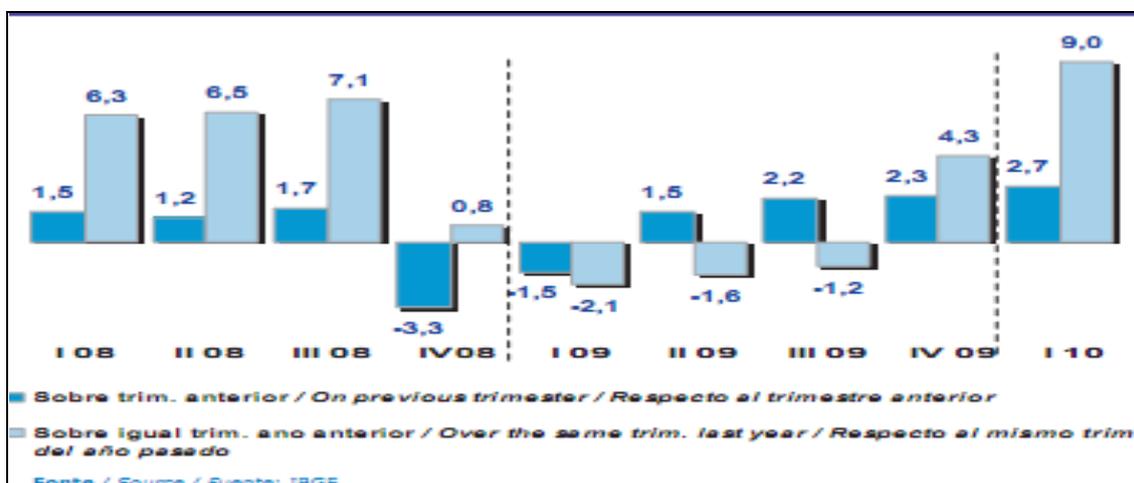


Figura 3: PIB do Brasil taxa trimestral de crescimento real- 2008/2010

Fonte: BRASIL. *conhecendo o Brasil em números*. Disponível

em: <<http://www.mdic.gov.br/sitio/interna/interna.php?area=5&menu=2701>>, acesso em: 2 out. 2010

A figura 3 destaca o período de queda do crescimento do PIB brasileiro, afetado com a crise financeira internacional, que afetou o consumo das famílias que representa a maior parte do PIB, isso também ocorreu com o volume de investimentos privados e com a balança comercial. (PRODUTO, 2010)

Composição do PIB brasileiro pela ótica da oferta em (%) 2000/2009

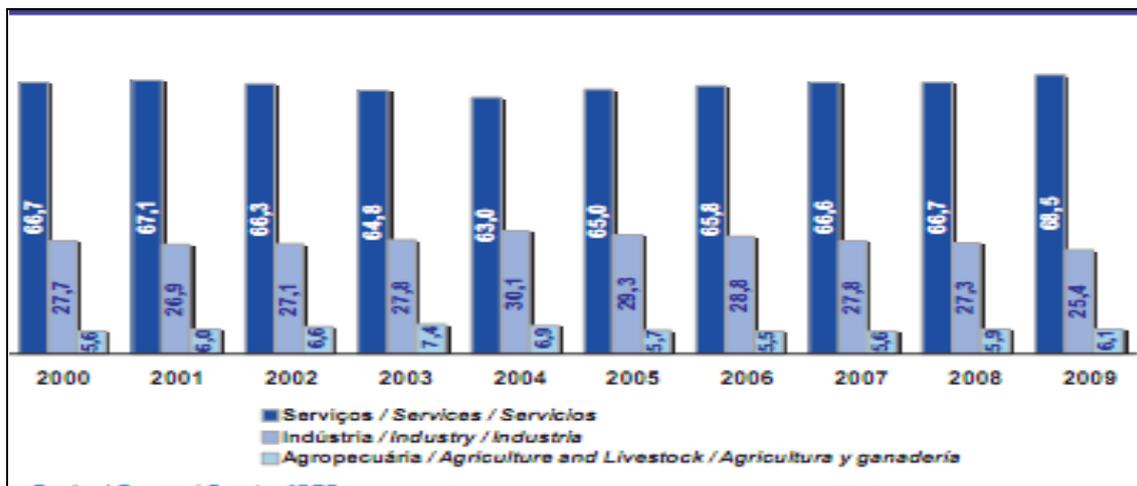


Figura 4: composição do PIB brasileiro pela ótica da oferta participação em (%)2000/2009
 Fonte: BRASIL. **conhecendo o Brasil em números**. Disponível em:<<http://www.mdic.gov.br/sitio/interna/interna.php?area=5&menu=2701>,> acesso em: 2 out. 2010

Composição do PIB brasileiro pela ótica da demanda participação em (%) - 2000/2009

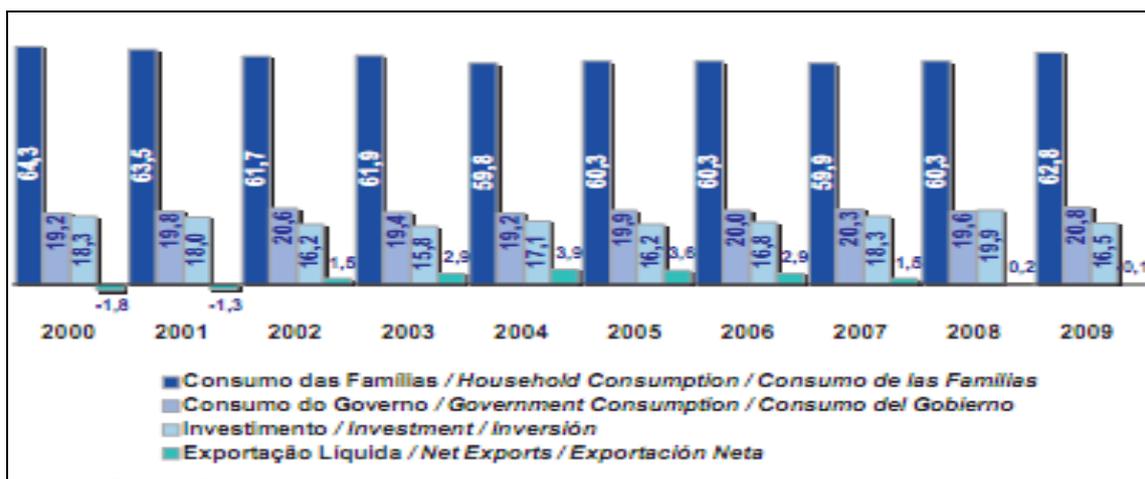


Figura 5: composição do PIB brasileiro pela ótica da demanda participação em (%) - 2000/2009
 Fonte: BRASIL. **conhecendo o Brasil em números**. Disponível em:<<http://www.mdic.gov.br/sitio/interna/interna.php?area=5&menu=2701>,> acesso em: 2 out. 2010

O consumo das famílias em 2009 tem participação de 62,8%, aumento de 2,5 pontos percentuais com relação ao ano anterior que foi de 60,3%. O consumo do governo tem um acréscimo de 1,2 pontos percentuais com relação a 2008, apresentando uma participação de 20,8% do PIB. Os investimentos recuam de 19,9% em 2008 para 16,5% no ano seguinte. As exportações líquidas caíram sua participação de 0,2 para 0,1% em 2009.

Os indicadores têm apontado tem demonstrado o triunfo das políticas econômicas adotadas vistas através do crescimento do PIB, queda nas taxas de inflação e baixa vulnerabilidade às crises externas. Em 2000 conforme a figura 4, o PIB brasileiro era composto 66,7% pelo setor de serviços, 27,7% indústria e 5,6% agropecuária. Em 2009, o setor de serviços aumenta sua participação para 68,7%, por sua vez a indústria tem queda e o setor agropecuário cresce 0,5 pontos percentuais com relação ao ano de 2000.

3.2.2 Rússia

De acordo com as figuras 6 e 7, a Rússia é o maior território do mundo com 17,1 milhões de Km², é uma nação em que seu território é transcontinental e ocupa uma vasta área da Europa e da Ásia. Sua população é a nona maior do mundo, com aproximadamente 140 milhões de habitantes, apresentando uma baixa densidade populacional média de 8,33 habitantes por km², um pouco mais de um terço do território conta com menos de um habitante por Km². Tem como capital da federação Moscou. É rica em recursos Naturais e energéticos. (GLOBAL 21, 2010)

A população russa em sua totalidade tem sofrido um grande declínio. A taxa de crescimento é de - 0,4 %, as causas dessa redução são a baixa natalidade e o aumento da mortalidade, especialmente de homens não e parcialmente instruídos. O consumo elevado de álcool e tabaco, e o aumento da taxa de criminalidade levaram ao aumento da mortalidade masculina. O perfil negativo demográfico do país tem conseqüências para o crescimento econômico do país. O acelerado envelhecimento da

força de trabalho aumenta os custos com aposentadoria e serviço de saúde limita o governo de aliviar os impostos na economia. (GLOBAL 21, 2010)

Localização da Rússia



Figura 6: localização da Rússia

Fonte: BRASIL. **Oportunidades de negócios em serviços: Brasil e Rússia.** Disponível em:< http://www.desenvolvimento.gov.br/arquivos/dwnl_1243023576.pdf> acesso em : 03 set 2010.

É caracterizada como uma democracia federativa, com uma Constituição aprovada pelo voto nacional, em 1993. O presidente é eleito diretamente pelo período de quatro anos, com direito a uma reeleição. O presidente é o principal mandatário nas forças armadas e no Conselho Nacional de Segurança. (ABIMAQ, 2004).

O país possui um grande número de subdivisões políticas diferentes, somando 89 componentes constituintes. Existem vinte e uma repúblicas dentro da federação que tem um alto grau de autonomia, além de seis territórios, quarenta e nove

regiões administrativas, uma região autônoma e dez áreas autônomas. Moscou e São Petersburgo possuem status federal. (ABIMAQ, 2004)

Dados gerais da Rússia

Área	17.075.400 km ²
Capital	Moscou
Idioma	Russo
Religião	Russo Ortodoxo 15 -20%,muçulmanos 10 - 15%, outras religiões cristãs 2% e cerca de 63% sem religião, consequência das regras da antiga União Soviética.
População	139.390.205 (est. 07/2010)
Expectativa de vida H/M	66.16 - T 59.54 - H 73.17 - M (est. 2010)
Moeda	Rubro Russo (RUR)
PIB (paridade com poder de compra)	\$2,116 trilhões (est. 2009) CIA
PIB per capita	\$ 15.100 (est. 2009) CIA
Crescimento real do PIB	-7,9% (est. 2009)
Exportações	\$303,4 bilhões (est. 2009) CIA
Posição Mundial	12º exportador
Exportação/ commodities	Petróleo e derivados de petróleo, gás natural, grãos, lã e produtos de lã, metais, químicos e uma grande variedade de produtos civis e militares.
Importações	\$191,8 bilhões (est.2009) CIA
Posição mundial	18º importador
Importação / commodities	Veículos, máquinas e equipamentos, plásticos, medicamentos, ferro e aço, bens de consumo, carnes, frutas , produtos de metal semi – acabados.
Chefe de Estado	Presidente Dmitriy Anatolyevich MEDVEDEV (desde 7 Maio de 2008)

Figura 7: dados gerais da Rússia

Fonte: GLOBAL 21. **Rússia**. Disponível em: < <http://www.g21.com.br/guiadoexportador/russia.asp>>. Acesso em: 22 de out. 2010.

A economia russa com o governo de Putin, em 1999, iniciou um processo de rápida expansão econômica. Na estrutura econômica da Rússia prevalece a indústria, principalmente a metalurgia, a química, a engenharia mecânica e a energia. A indústria florestal russa é bem desenvolvida, apresenta um estoque de madeiras mais abundante

do mundo. Tem os maiores estoques de gás natural, sendo o maior produtor mundial. Esta na frente na produção e exportação de petróleo. Possui abundantes depósitos de carvão, além de ser rica em minérios. Com relação a agricultura, é o setor que tem recebido poucos investimentos, pois não é possível que empresas estrangeiras adquiram terras para uso agrícola, contudo a produção em aumentado percentualmente, em 2005 foi de 2% em relação a 2004.(GLOBAL 21, 2010)

Rússia- Produto Interno Bruto (PIB)- taxa de crescimento real (%)

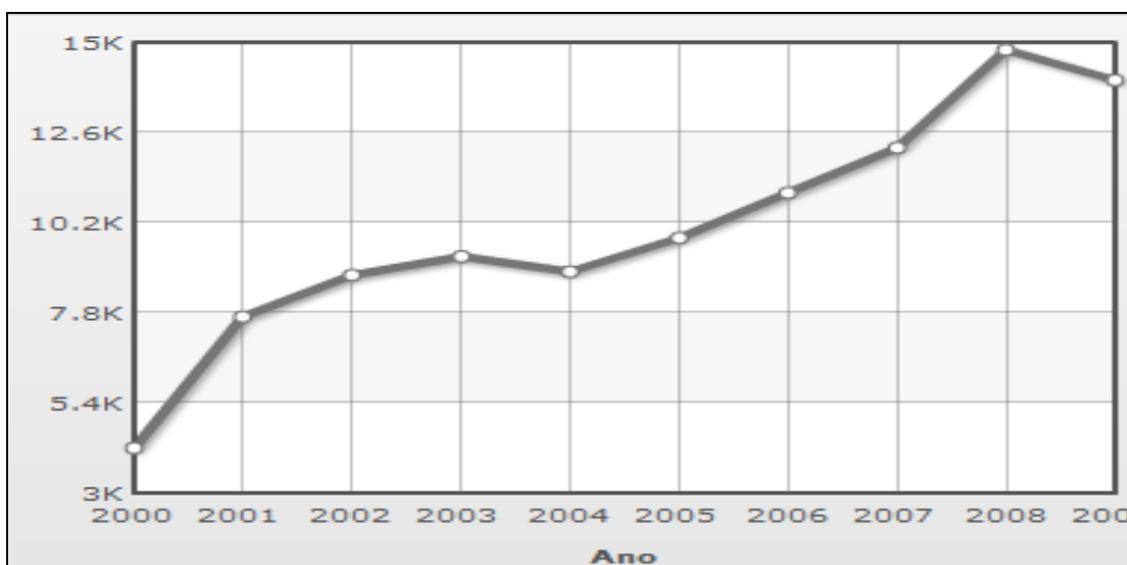


Figura 8: Produto Interno Bruto (PIB) - taxa de crescimento real (%)

Fonte: INDEX MUNDI.rússia – **produto interno bruto (PIB) per capita (US\$)**. Disponível em:< [www . indexmundi.com/g/g.aspx?v=67&l=PT](http://www.indexmundi.com/g/g.aspx?v=67&l=PT)> acesso em: 22 out.2010

Sendo o segundo maior produtor de petróleo do mundo, o peso do setor na economia russa é muito forte. A economia vinha crescendo pela alta dos preços do petróleo em 2008. Porém com a crise, essa dependência pelo petróleo fez o PIB russo cair, como pode ser visto na figura 8. Observa-se também que entre os anos de 2000 e 2009, o PIB russo cresceu 6,5% ao ano. (GLOBAL 21, 2010)

Quanto ao setor elétrico é o maior da Europa e o quarto maior do mundo. A geração de energia provém 69,4% do sistema elétrico unificado, incluindo as empresas

elétricas regionais. No setor mineral a Rússia detém cerca de 30% das reservas mundiais de carvão está em quinto lugar pela ordem de extração. (GLOBAL 21, 2010)

A Rússia utiliza um regime de câmbio flutuante administrativo, acompanhado de uma conversibilidade da conta de capital. Sua política monetária tem como meta tanto baixar a inflação quanto limitar a apreciação da moeda com intervenções do Banco da Rússia.

O esforço do governo para avançar nas reformas estruturais ajudou no aumento da confiança das empresas e dos investidores nas perspectivas russas, favorecendo o crescimento econômico. Por meio de uma estratégia de médio prazo de desenvolvimento econômico e social baseada no elevado crescimento econômico e na diferenciação da economia para além dos produtos naturais, com o intuito de limitar o risco pela dependência nos preços internacionais do petróleo. (VIEIRA, VERÍSSIMO, 2008)

O crescimento da economia russa depende do volume dos investimentos, para o aumento da produtividade em vários segmentos da economia.

Ou seja, se faz necessária a implementação de políticas econômicas para o fortalecimento da taxa de investimento doméstica e estrangeira entre elas: investimentos em infra-estrutura e reformas no setor bancário e financeiro. (VIEIRA, VERÍSSIMO, 2008)

3.2.3 Índia

Conforme a figura 9 a Índia é o país principal da região definida como subcontinente Indiano. Sua posição é privilegiada, pois garante acesso à África Oriental e Meridional, ao Oriente Médio, à Austrália e ao Sudeste Asiático. (BRASIL, 2009)

Localização da Índia



Figura 9: localização da Índia

Fonte: BRASIL. **Oportunidades de negócios em serviços: Brasil e Índia**. Disponível em: <http://www.desenvolvimento.gov.br/arquivos/dwnl_1269870667.pdf> acesso em: 02 set 2010.

Analisando os aspectos gerais da figura 10, a Índia, possui uma taxa de desemprego de 6,8 % (estimativa 2008). Aproximadamente cerca de 60% da população é alfabetizada (2009). A divisão administrativa conta com 28 estados. (GLOBAL 21, 2010)

A Índia é o sétimo país do mundo em extensão geográfica. O território indiano não é rico em recursos naturais, o que o leva a importar volumes grandes de petróleo e minerais para sustentar a expansão econômica. (BRASIL, 2009)

Dados gerais da Índia

Nome Oficial	República da Índia
Área	3.287.590 km ²
Capital	Nova Delhi
Principais cidades	Mumbai, Calcutá, Nova delhi, Chennai, Madras, Bangalore, Hyderabad, e Ahmedabad
Idioma	Hindu e inglês
Religião	Hindu e Muçulmana predominantemente
População	1.173.108.018 (est. julho de 2010) CIA
Expectativa de vida T/ H/M	Total: 66,46 Homens: 65,46 Mulheres: 67,57 (est. CIA 2010)
Moeda	Rúpia indiana (INR)
PIB (Paridade com poder de compra)	\$3,56 trilhões (est. 2009)
PIB per capita (PPC)	\$ 3.100 (est. 2008)
Composição do PIB setorial	Agricultura: 17% Indústria: 28,2% Serviços: 54,9% (est.2009) CIA
Crescimento do PIB real	6.5% (2009 est.)
Exportações	\$164.3 bilhões (est.2009)
Posição mundial	21º exportador
Exportação/ commodities	Produtos derivados de petróleo, pedras preciosas, máquinas, ferro e aço, veículos e vestuário.
Importações	\$268,4 bilhões (est.2009)
Posição mundial	13º importador
Importação/ commodities	Petróleo bruto, pedras preciosas, maquinário, fertilizantes, ferro e aço, químicos.
Chefe de Estado	Presidente Pratibha PATIL (desde 25 de julho de 2007)
Chefe de Governo	Primeiro Ministro Manmohan SINGH (desde 22 de maio de 2004)

Figura 10: dados gerais da Índia

Fonte: GLOBAL 21. **Índia**. Disponível em: < <http://www.g21.com.br/guiadoexportador/india.asp>>. Acesso em: 22 de out. 2010.

A Índia possui uma diversidade econômica que vai desde a agricultura familiar tradicional, a agricultura moderna, trabalhos manuais, grande escala da indústria moderna, e um elevado número de serviços. O último é o principal forte do crescimento econômico, participando na metade do PIB indiano. Porém, 3/5 da força de trabalho é direcionada para a agricultura, isto fez com que o governo articulasse uma

reforma econômica para desenvolver a infra-estrutura básica, melhorando a vida de pessoas de baixa renda e impulsionando a desempenho da agricultura. A rigidez social, política e econômica impedem iniciativas necessárias para o processo de privatização. (GLOBAL 21, 2010)

Possui uma vulnerabilidade na economia pela mudança global, pois a agricultura corresponde cerca de 17 % do PIB e ocupa 60% da população ativa. A Índia é o segundo país mais populoso do mundo com cerca de 1,17 bilhões de habitantes. (BRASIL, 2009)

Conforme a figura 11 nos últimos anos, a economia indiana vem apresentando bons níveis de desempenho macroeconômico, caracterizado por altas taxas de crescimento do PIB, uma média de 6,8% entre 2000 e 2009, baixa inflação e crescimento expressivo nas exportações de bens e serviços, especialmente os relacionados a tecnologia da informação. Em 2006 a causa do acréscimo de 8 % do PIB foi pelo avanço das manufaturas.

A Índia tem um papel de destaque na produção científica (farmacêutica e informática). Tem investido de forma significativa em educação qualificada na língua inglesa, para se transformar no principal exportador de softwares e especialistas em softwares mundial. Apesar da China estar crescendo as agências de fomento internacionais, o Banco Mundial, tem se preocupado com o orçamento deficitário do país, os empréstimos do governo tem mantido as altas taxas de juros. Com a população crescendo ocorrem mais problemas sociais, econômicos e ambientais. (GLOBAL 21, 2010)

O Banco de reserva da Índia tem participado ativamente no mercado cambial, evitando transações de grande porte no mercado de pagamentos do serviço da dívida pública e de petróleo. (FERRARI e PAULA, 2006)

A melhoria na vulnerabilidade externa indiana resulta essencialmente de um déficit em conta corrente baixo, de uma diminuição na dívida externa e de um nível de reservas internacionais crescente. O crescimento nas reservas internacionais é resultado

da entrada de capitais das remessas de indianos não-residentes para o país e do investimento estrangeiro direto(IDE).(FERRARI e PAULA, 2006)

Índia- Produto Interno Bruto (PIB)- taxa de crescimento real (%)

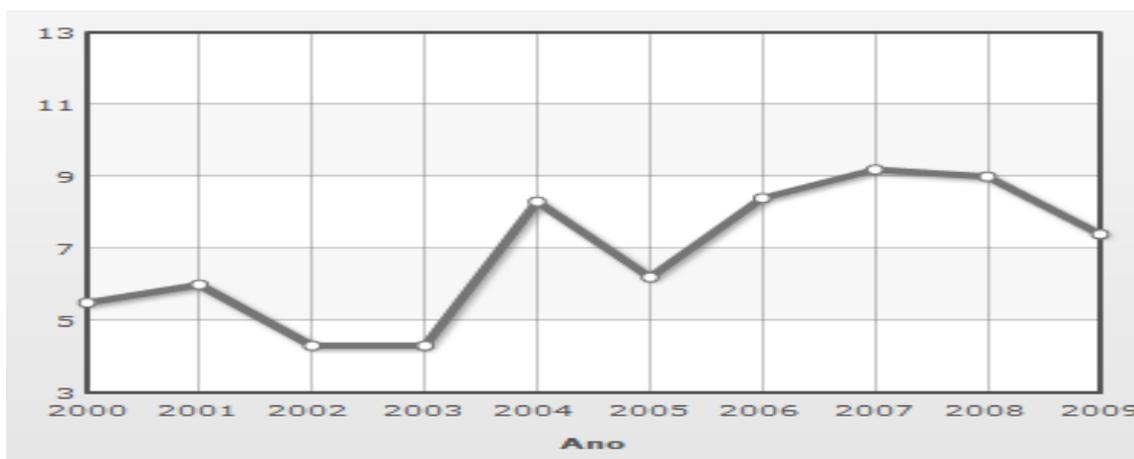


Figura 11: Índia- Produto Interno Bruto (PIB) - taxa de crescimento real (%)

Fonte: INDEX MUNDI. **Índia – produto interno bruto (PIB) –taxa de crescimento real(%)**

Disponível em:< <http://www.indexmundi.com/g/g.aspx?v=66&c=in&l=pt>> acesso em: 22 out.2010

3.2.4 China

A República Popular da China é o terceiro maior país do mundo, possui uma área de 9.6 milhões Km², e o com maior população do planeta mais de 1,3 bilhões de habitantes, ocupando uma grande parte da Ásia Oriental, ver figura 12. O país possui do maior potencial hídrico. A china, administrativamente, está dividida em vinte e três províncias, incluindo Taiwan, cinco regiões autônomas, quatro cidades administradas diretamente pelo governo central e duas regiões administrativas especiais, Hong Kong e Macau.(BRASIL, 2009)

A economia da China passou por reformas na década de 70, passando de uma economia centralizada, planejada e fechada para o intercâmbio internacional, para

um sistema voltado para a economia de mercado. O início se dá com o fim da agricultura coletiva, com ampliação para liberalização de preços, descentralização fiscal, aumento da independência de empresas estatais, criação de bancos, desenvolvimento do mercado de ações, crescimento do setor privado e a abertura para o comércio e investimentos do exterior. (GLOBAL 21, 2010)

Localização da China



Figura 12: localização da China

Fonte: BRASIL. . **Oportunidades de negócios em serviços: Brasil e China**. Disponível em:< http://www.desenvolvimento.gov.br/arquivos/dwnl_1248291607.pdf> acesso em: 02 set 2010.

A taxa de crescimento da população é baixa devido ao rigor no controle da natalidade do governo chinês, que pode conseqüentemente ocasionar problemas com o envelhecimento da população, e simultaneamente, de manutenção do crescimento econômico. No ano de 2008, 45% da população vivia em áreas urbanas, anos atrás a taxa era inferior, mas com o crescimento da economia chinesa o fluxo migratório começou a inverter. (BRASIL, 2009)

Dados gerais da china

Área	9.596.960 Km ²
Capital	Beijing (Pequim)
Idioma	Chinês ou Mandarin (predominantemente)
Religião	Taoista e Budista (predominantemente)
População	1.330.141.295 (est. Julho de 2010) CIA
Expectativa de vida T/H/M	74,51 - T; 72,54 - H; 76,77 - M (est. 2010) CIA
Moeda	Yuan / Renminbi
PIB (paridade com poder de compra)	US\$ 8,789 trilhões (est. 2009)
PIB per capita	US\$ 6,600 (est. 2009)
Composição por setor	Agricultura: 10,6%, Serviços: 46,8% Indústria: 42,6% (est. 2009)
Taxa de desemprego	4,3% (est 2009)
Exportações	US\$ 1,204 trilhões (est 2009)
Posição Mundial	1º exportador
Exportação / commodities	Maquinário elétrico, equipamento de processamento de dados, vestuário, têxteis, ferro e aço, equipamentos médicos.
Importações	US\$ 954,3 bilhões (est 2009)
Posição Mundial	3º importador
Importação / commodities	Maquinário elétrico, petróleo e outros combustíveis, equipamentos médicos, minérios, plástico e químicos
Chefe de Estado	Presidente HU Jintao desde março de 2003
Chefe de Governo	Primeiro Ministro WEN Jiabao desde 16 de março de 2003

Figura 13: dados gerais da Índia

Fonte: GLOBAL 21. **China**. Disponível em: < <http://www.g21.com.br/guiadoexportador/china.asp>>. Acesso em: 22 de out. 2010.

Segundo Brasil (2009), a abertura da economia chinesa ampliou-se em 2001 quando ela entra na OMC, focada em três pilares, adaptação ao mercado, privatizações estatais menores e abertura de capitais estatais maiores. Guiada pelos planos quinquenais e políticas ao país por um período de cinco anos. O país exporta em sua maioria produtos industrializados e em trabalho para elevar o valor agregado. Atualmente cerca de 30% dos produtos chineses para exportação são produtos de alta tecnologia. (BRASIL, 2009)

A figura 14 mostra o crescimento do PIB da China de 2000 a 2008.

Crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) chinês

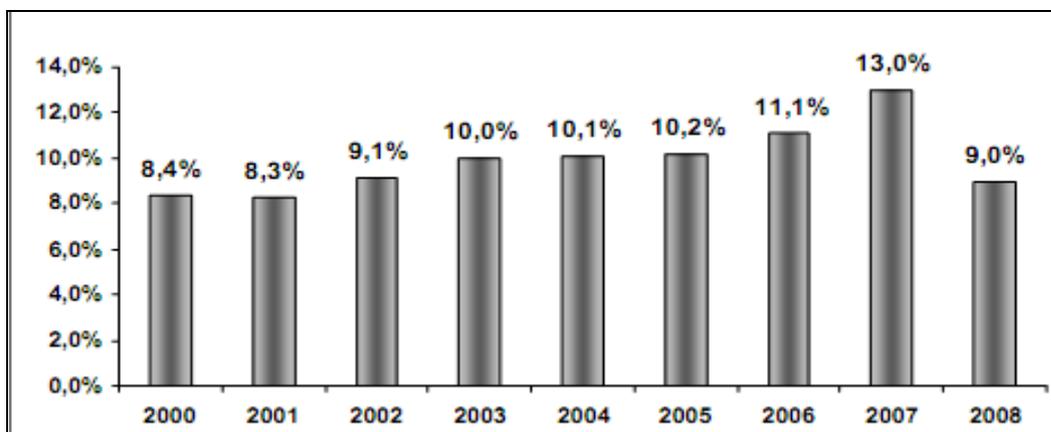


Figura 14: crescimento do PIB chinês

Fonte: BRASIL. **Oportunidades de negócios em serviços: Brasil e China.** Disponível em: <http://www.desenvolvimento.gov.br/arquivos/dwnl_1248291607.pdf> acesso em: 02 set 2010.

3.3 ANÁLISE DAS PERSPECTIVAS DO BRIC

Segundo a figura 15, estima-se que até 2050, os países do BRIC ultrapassarão as seis maiores economias mundiais. A transformação no cenário global, dita pelo estudo de Jim O'nil, teve como base fundamental, o tamanho da economia, o crescimento econômico, a renda per capita, a demografia e os padrões da demanda mundial, e a movimentação de dinheiro. Serão os principais fatores que evidenciarão as mudanças das dez maiores economias. (CAMPOS, 2010)

O BRIC ascende uma crescente massa de novos consumidores. Segundo os estudos do Goldman Sachs de 2001, entre 2005 e 2015, os rendimentos de aproximadamente 800 milhões de pessoas dos BRICs poderão chegar a três mil dólares ao ano, patamar divisório de consumo da classe média. Sabendo que hoje há cerca de dois bilhões de pessoas nessa faixa de renda, o BRIC pode fazer o mercado consumidor mundial, crescer aproximadamente 50% em pouco mais de dez anos. Na China, a que mais se destaca no BRIC, o número de pessoas consumidoras pode ser multiplicado por

seis, passando de 120 milhões para 700 milhões, até 2015. Na Índia, passará de 20 para 120 milhões. O Brasil que possui atualmente 60 milhões de pessoas com essa renda, poderá dobrar a faixa. A Rússia que tem metade da população com essa renda pode elevar a outra metade até 2015. (CAMPOS, 2010)

Ascensão no ranking

NAS PRÓXIMAS DÉCADAS, AS ECONOMIAS DOS BRIC DEVERÃO SUPERAR A MAIORIA DAS QUE HOJE SÃO LÍDERES MUNDIAIS					
PRODUTO INTERNO BRUTO EM 2005 (EM TRILHÕES DE DÓLARES)		PRODUTO INTERNO BRUTO EM 2025 (EM TRILHÕES DE DÓLARES)		PRODUTO INTERNO BRUTO EM 2050 (EM TRILHÕES DE DÓLARES)	
1º. ESTADOS UNIDOS	12,8	1º. ESTADOS UNIDOS	20	1º. CHINA	49
2º. JAPÃO	5	2º. CHINA	11,7	2º. ESTADOS UNIDOS	38
3º. ALEMANHA	2,6	3º. JAPÃO	6,7	3º. ÍNDIA	27
4º. REINO UNIDO	2,3	4º. ALEMANHA	3,9	4º. JAPÃO	8
5º. CHINA	2,3	5º. ÍNDIA	3,6	5º. BRASIL	8
6º. FRANÇA	2,2	6º. REINO UNIDO	3,3	6º. MÉXICO	7,8
7º. ITÁLIA	1,8	7º. FRANÇA	3,2	7º. RÚSSIA	6,2
8º. CANADÁ	1	8º. RÚSSIA	2,9	8º. ALEMANHA	5,4
9º. ESPANHA	1	9º. CORÉIA	2,6	9º. REINO UNIDO	5,1
10º. CORÉIA	0,8	10º. ITÁLIA	2,5	10º. FRANÇA	4,9
11º. BRASIL	0,8	11º. MÉXICO	2,4	11º. INDONÉSIA	3,9
12º. MÉXICO	0,8	12º. BRASIL	2,3	12º. NIGÉRIA	3,7

Fontes: Goldman Sachs, CIA, FMI, Revista Exame

Figura 15: Ascensão no ranking

Fonte: CAMPOS. Silvio Abreu. **Tendências internacionais: a dimensão do BRIC**. Disponível em: <www.fecomerciomg.org.br/pdfs/comex_estudos_tendencias.pdf> acesso em: 17 set. 2010.

No período de 2015 a 2025, as estimativas são mais positivas. Os países do BRIC podem atingir 1,8 bilhão de consumidores com renda acima de três mil dólares ao ano, dentre os quais, dos 200 milhões terão ganhos superiores a 15 mil dólares.

O Brasil é o único no grupo que tem apresentado crescimento abaixo das projeções. Porém o criador do estudo reforça que o Brasil ostenta condições para permanecer no grupo. A figura 16 mostra a evolução prospectiva do PIB brasileiro de 2010 a 2050.

Evolução prospectiva do PIB brasileiro em US\$ trilhões 2010-2050



Figura 16: evolução prospectiva do PIB brasileiro em US\$ trilhões 2010-2050

Fonte: CAMPOS, Silvio Abreu. **Tendências internacionais: a dimensão do BRIC**. Disponível em: <www.fecomerciomg.org.br/pdfs/comex_estudos_tendencias.pdf> acesso em: 17 set. 2010

Segundo Campos (2010) os países do BRIC, possuem semelhanças e diferenças entre si. Apresentam como simetrias as dimensões continentais, muitas disparidades internas, exercem liderança e influencia regional, possuem nível médio de renda per capita, cultivam esforços vigorosos na inserção regional e aumentam a presença e acesso aos terceiros mercados, disputam projetos industriais para países “emergentes”, possuem grande mercado consumidor, são pólos regionais e são grandes em população e recursos naturais com grande heterogeneidade e desigualdade social.

O mesmo autor salienta que como diferenças, a Rússia possui população menos dinâmica, o que reflete uma cultura pessimista; a China e Índia têm elevada densidade demográfica, o que faz com que os recursos naturais sejam relativamente escassos; a China e a Índia têm taxas de crescimento elevadas, enquanto o Brasil e a Rússia são apenas uma promessa; com relação a sistema político a China, possui um regime autoritário e componente totalitários, a Rússia regime semidemocrático caminhando-se para o autoritarismo, mais atrasados que o Brasil e a Índia, democracias quase consolidadas; na questão que se refere a economia de mercado, o Brasil está a frente, assim como, no que tange a redução das empresas estatais e interferência do Estado; somente o Brasil possui um BC moderno; a china esta na frente com a

internacionalização do PIB, as exportações equivalem a 35%; a China tem sucesso na política industrial .

Para que o Brasil tenha sucesso é necessário que se prossiga a centralidade de livre iniciativa, estabilidade e previsibilidade do ambiente dos negócios, o direito de propriedade garantida, equilíbrio fiscal e independência do Banco Central, abertura comercial e financeira, burocracia estatal qualificada e técnica, poucas empresas estatais, forte investimento em educação a diminuição gradativa do Custo Brasil¹² (CAMPOS, 2010)

Segundo as projeções de Jim O'neil o cenário econômico atual espera uma elevada expansão da China e Índia, com uma média de crescimento entre 2011 e 2050 de 5,2% e 6,3%, respectivamente. Sendo metade de crescimento da última década. O Brasil terá que crescer em média 4,3% entre 2011 e 2050. Para a Rússia espera-se uma média de 2,8% para o período. Para o G7 espera-se um crescimento, em média de 1,6% de 2011 a 2050. Para o economista a China em 2027 já será a maior economia do mundo com US\$ 22,25 trilhões, em segundo lugar viria os Estados Unidos com US\$ 21,61 trilhões. Em seguida a Índia com US\$ 5,54 trilhões, em quarto viria o Japão o Japão (US\$ 5,39 trilhões), a Alemanha, em sexto, (US\$ 4,16 trilhões), em seguida a Rússia (US\$ 4,02 trilhões), e em oitavo, o Brasil na frente da França, da Itália e do Canadá com US\$ 3,87 trilhões.(BRICS, 2009)

Assim, em 2050, o Brasil teria o papel de país exportador agropecuário, em que a sua produção de soja e de carne bovina seria suficiente para alimentar mais de 40% da população mundial. A cana-de-açúcar estaria voltada na produção de combustíveis renováveis e sustentáveis a exemplo o biodiesel. Ademais, seria o fornecedor de matérias-primas essenciais aos países em desenvolvimento, como petróleo. Porém, o poder mais significativo do Brasil seria suas reservas naturais de água, na fauna e na flora, única em todo o mundo. A Rússia forneceria matérias-primas, visivelmente os hidrocarbonetos. Além de ser também um exportador de mão-de-obra qualificada e de tecnologia, não esquecendo que é uma grande potência militar. A Índia

¹² Racionalidade tributária, melhoria da infra-estrutura, combate à burocracia, contenção do gasto público via forçoso reconhecer que o instrumentos de gestão e controle mais modernos e adequados entre outros.

além de ser uma potência militar, possui uma grande população e concentraria sua qualificação no setor de serviços especializados a exemplo telemarketing. Por fim, a China com sua população, concentração de mão-de-obra e tecnologia, teria como base econômica a indústria. É uma grande potência militar, sendo que esta em um processo de mudança de capitalismo de Estado para o de mercado.

4 CONCLUSÃO E RECOMENDAÇÕES

O objetivo geral deste trabalho de conclusão de curso era analisar as economias dos países do BRIC na última década e as perspectivas para 2050. Para alcançar este propósito foram traçados alguns objetivos específicos, que contribuíram para fundamentar o tema, sobre os quais se apresentam os seguintes comentários.

Foram apresentados as noções gerais e aspectos conceituais de economia e economia internacional, no qual foram abordados a teoria das vantagens comparativas, a grande questão a respeito da intervenção estatal na economia que provém e condiz com uma comparação entre Keynes e Smith. Foram analisados os tipos de políticas econômicas e câmbio que os governos adotam para a estabilização econômica. O trabalho abordou também conceitos básicos de balanço de pagamentos, barreiras ao livre comércio internacional e as instituições financeiras acordadas no Bretton Woods, diretamente relacionados com os objetivos e situação dos países do BRIC.

Por conseguinte, destacou-se os estágios de interação, assim como alguns blocos econômicos de diferentes continentes, como o MERCOSUL e NAFTA pertencentes às Américas, a União Européia na Europa e a APEC da Ásia salientando seus objetivos e origens, demonstrando a diferença destes com os grupos econômicos.

O trabalho ainda destacou a finalidade dos grupos econômicos, enfatizando alguns grupos em que os países do BRIC estão inseridos como o G3, G20, G77 e o grupo das oito maiores economias industrializadas do mundo o G8 mais a Rússia, observando a função que cada grupo representa no cenário internacional.

Contudo foram apresentadas características econômicas, políticas e sociais do Brasil, Rússia, Índia e China fundamentais para serem analisadas as perspectivas futuras dos países que formam o BRIC. O importante desempenho nas taxas de crescimento do PIB; elevação dos investimentos nesses países a longo prazo; crescimentos dos fluxos de capital externo; aumento considerável da participação no comércio internacional ocasionado por um processo de maior abertura econômica; expansão de uma classe média, que implica em uma maior demanda por produtos; aumento do emprego incrementando ainda mais o comércio e o consumo mundial. Esses países terão ganhos sociais com suas economias em crescimento, os

investimentos em infra-estrutura, educação e saúde ajudarão a tirar pessoas da linha da pobreza. Estes serão condicionantes para que os mesmos continuem alcançando bons patamares de crescimento.

Diante do exposto, respondendo a seguinte pergunta problema deste trabalho: Quais são as perspectivas econômicas do BRIC para 2050? Conclui-se que as perspectivas dos países do BRIC para 2050 dependem da conjuntura internacional, bem como as variáveis internas e externas de cada país como PIB, taxa de juros, cotação do dólar, preço de commodities entre outros. Conforme a análise e estudo das informações citadas no decorrer deste trabalho, os países do BRIC estão caminhando para uma crescente adesão na economia mundial, se o ritmo de crescimento econômico for sustentado por esses países até 2050, a China será a maior economia mundial, seguida pelos Estados Unidos, Índia, Japão, Brasil, México e Rússia, ultrapassando o G7, conjunto das maiores economias mundiais.

A força dessa expansão tem causas diversas, exemplo disso é o estouro tecnológico na China, a grande força competitiva agrícola do Brasil, a aceleração de tecnologia de informação e serviços de internet na Índia e continuidade extrativista e de mão de obra qualificada na Rússia.

Entretanto, mesmo que o crescimento econômico dos BRIC se confirme e ultrapasse o G7, eles continuarão a ficar atrás desses países em termos de bem estar social (nível de pobreza) e produtividade (tecnologia produtiva).

Ademais, há sinalização dos países do BRIC em estarem dispostos a se inserirem nas instituições multilaterais, formando uma nova correlação de forças. Poderá haver mais espaço aos países em desenvolvimento, pondo fim a uma supremacia americana, tornando o mundo multipolar, ou seja, uma nova ordem internacional. Sendo assim, representando mais de 20% de território, 40% da população mundial e com um PIB excedendo mais de trilhões de dólares, os BRICs desempenharão um papel decisivo na economia global nos próximos anos.

Ao final, apresentam-se as seguintes recomendações: importante que os países do BRIC desenvolvam políticas econômicas para a manutenção do crescimento. Seria conveniente que os países do BRIC continuem estabelecendo políticas de aproximação, cooperação e integração e assim, adicionar potencialidades para a

ampliação do comércio entre os mesmos, bem como garantir o crescimento econômico de forma sustentável, considerando questões como a segurança energética, o impacto das mudanças climáticas, entrando em pauta a redução na emissão do dióxido de carbono. A grande parcela de recursos naturais e humanos dos BRIC coloca o país em uma posição elevada com altos índices de crescimento, isso contribui na redução da pobreza nesses quatro países.

5 REFERÊNCIAS

ABIMAQ. **Como exportar para Rússia**. Disponível em:<
http://www.abimaq.org.br/comercio_exterior/docs/Russia.pdf> acesso em: 1 out.2010.

ANAU, Roberto Vital. **Estado e mercado: uma resenha histórica**. Disponível em:
<<http://www.espacoacademico.com.br/085/85anau.htm>>. Acesso em: 02 set. 2010.

ASIA-PACIFIC ECONOMIC COOPERATION. **About APEC**. Disponível em: <
http://www.apec.org/apec/about_apec.html >. Acesso em: 10 jun. 2010.

Barreiras técnicas ao comércio. Disponível em <
http://www.sice.oas.org/dictionary/TBT_p.asp >. Acesso em: 10 jun. 2010.

BAUMANN, Renato; CANUTO, Otaviano; GONÇALVES, Reinaldo. 3. Ed.
Economia internacional: teoria e experiência brasileira. Rio de Janeiro: elsevier,
2004.

BEUREN, Maria Ilse.**como elaborar trabalhos monográficos em contabilidade:teoria e pratica**. São Paulo: atlas, 2003.

BRASIL. **BRIC - Agrupamento Brasil-Rússia-Índia-China**. Disponível em:
<http://www.itamaraty.gov.br/temas/mecanismos-inter-regionais/agrupamento-bric>
acesso em: 03set 2010.

_____. **como exportar para o Brasil**. disponível em:<
<http://www.braziltradenet.gov.br/ARQUIVOS/Publicacoes/Manuais/PUBCEXBrasilPdf>> acesso em: 3 out. 2010

_____. **China**. Disponível em < <http://www.itamaraty.gov.br/temas/temas-politicos-e-relacoes-bilaterais/asia-e-oceania/china/pdf>> acesso em: 03 set 2010.

_____. **conhecendo o Brasil em números**. Disponível em:<
<http://www.mdic.gov.br/sitio/interna/interna.php?area=5&menu=2701>,> acesso em: 2 out. 2010.

_____. **IBGE divulga as estimativas populacionais dos municípios em 2010**. Disponível em:
<http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/noticia_visualiza.php?id_noticia=1435&id_pagina=1 > acesso em: 27 set. 2010.

_____. **Oportunidades de negócios em serviços: Brasil e China**. Disponível em:<
http://www.desenvolvimento.gov.br/arquivos/dwnl_1248291607.pdf> acesso em: 02 set 2010.

_____. **Oportunidades de negócios em serviços: Brasil e Índia.** Disponível em:<
http://www.desenvolvimento.gov.br/arquivos/dwnl_1269870667.pdf> acesso em: 02 set
 2010.

_____. **Oportunidades de negócios em serviços: Brasil e Rússia.** Disponível em:<
http://www.desenvolvimento.gov.br/arquivos/dwnl_1243023576.pdf> acesso em : 03
 set 2010.

BRICs vão superar economias ricas em duas décadas, prevê pai do termo.
 Disponível em:< <http://www.estadao.com.br/noticias/economia,brics-vaio-superar-economias-ricas-em-duas-decadas-preve-pai-do-termo,387766,0.htm>> acesso em: 25
 nov. 2010.

CAMPOS,Silvio Abreu. **Tendências internacionais: a dimensão do BRIC.**
 Disponível em:< www.fecomerciomg.org.br/pdfs/comex_estudos_tendencias.pdf>
 acesso em: 17 set. 2010.

CARVALHO, Maria Auxiliadora de, ; SILVA, César Leite Da. **Economia
 internacional.** 4. ed.São Paulo: saraiva, 2007.

CASTRO,Marina Scotelaro. **O G20 como nova proposta a uma nova ordem
 econômica mundial: a crise financeira abriu espaço para a emergência dos
 emergentes?** Disponível em: <
[http://www.pucmg.br/imagedb/conjuntura/CNO_ARQ_NOTIC20100222140847.pdf?P
 HPSESSID=d5b532431bb680c24834eb8530f869d9](http://www.pucmg.br/imagedb/conjuntura/CNO_ARQ_NOTIC20100222140847.pdf?PHPSESSID=d5b532431bb680c24834eb8530f869d9)> acesso em : 24 set 2010.

CHAVES, Lázaro Curvêlo. **Neoliberalismo e globalização.** Disponível em:<
<http://www.culturabrasil.org/neoliberalismoeglobalizacao.htm>>. Acesso em: 02 set.
 2010.

CINTRA, Marcos.**blocos econômicos.** Disponível em:<
<http://www.marcoscintra.org/novo/default.asp?idSecao=14>> acesso em : 15 jun.2010.

CLETO, Carlos Ilton; DEZORDI, Lucas.**economia.** Disponível em:
 <www.fae.edu/publicacoes/pdf/economia/2.pdf - Similares 2010> Acesso em: 02 set.
 2010.

Entenda o que é o G-8.disponível em:<
http://www.bbc.co.uk/portuguese/reporterbbc/story/2005/07/050629_entendag8ba.shtml
 > acesso em: 18 set 2010.

ESCÓSSIA,Carlos. **O que é política cambial?.** Disponível em:< WWW.
dgta.fca.unesp.br/.../O%20QUE%20E%20POLITICA%20CAMBIAL.doc.pdf >.
 Acesso em: 02 set. 2010.

_____. **o que é política monetária?.**Disponível em:<
<http://www.carlosesossia.com/2009/10/o-que-e-politica-monetaria.html>>. Acesso em:
 02 set. 2010.

FERREIRA, Ágatha Sthefanini Silva. **Análise comparativa de John Maynard Keynes e seus antecessores.** Disponível em:<

http://artigos.netsaber.com.br/resumo_artigo_27032/artigo_sobre_análise_comparativa_de_john_maynard_keynes_e_seus_antecessores>. Acesso em: 02 set. 2010.

FERREIRA, Vanessa Capistrano. **Sistema Financeiro Internacional.** Disponível em: <
<http://www.webartigos.com> >. Acesso em: 9 jun. 2010.

FERRARI, Fernando Filho; PAULA, Luiz Fernando de. **Liberalização financeira e performance econômica: a experiência recente do BRIC.**

FLEMES, Daniel. **O Brasil na iniciativa BRIC: *soft balancing* numa ordem global em mudança?** Disponível em:< http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0034-73292010000100008&script=sci_arttext> acesso em: 23 set.2010.

FRANCH, Monica; BATISTA, Carla; CAMURÇA, Silvia. **Neoliberalismo: A doutrina que orienta o ajuste estrutural.** Disponível em:<

<http://www.educacaopublica.rj.gov.br/biblioteca/cidadania/0032.html>>. Acesso em: 02 set. 2010.

G8 history . disponível em: <<http://en.g8russia.ru/g8/history/shortinfo/>> acesso em : 12 set.2010.

G20. Disponível em:<

http://veja.abril.com.br/idade/exclusivo/perguntas_respostas/g20/g-20.shtml> acesso em: 01 out.2010.

GLOBAL 21. **China.** Disponível em: <

<http://www.g21.com.br/guiadoexportador/china.asp>>. Acesso em: 22 de out. 2010.

_____. **Índia.** Disponível em: < <http://www.g21.com.br/guiadoexportador/india.asp>>. Acesso em: 22 de out. 2010.

_____. **Rússia.** Disponível em: <

<http://www.g21.com.br/guiadoexportador/russia.asp>>. Acesso em: 22 de out. 2010.

IBSA-TRILATERAL. **The India-Brazil-South Africa Dialogue Forum 2010.**

Disponível em:<http://www.ibsa-trilateral.org/index.php?option=com_content&view=article&id=87&Itemid=1> Acesso em: 01 out.2010.

ICONEBRASIL. **Barreiras sanitárias e fitossanitárias.** Disponível em <

http://www.iconebrasil.org.br/pt/?actA=15&areaID=14&secaoID=28&faq_assuntoID=7 >. Acesso em: 9 jun.2010.

INDEX MUNDI. **Índia – produto interno bruto (PIB) – taxa de crescimento**

real(%). Disponível em:< <http://www.indexmundi.com/g/g.aspx?v=66&c=in&l=pt>> acesso em: 22 out.2010

_____. **rússia – produto interno bruto (PIB) per capita (US\$)**. Disponível em: <[www . indexmundi.com/g/g.aspx?v=67&l=PT](http://www.indexmundi.com/g/g.aspx?v=67&l=PT)> acesso em: 22 out.2010

KRUGMAN, Paul R.; OBSTFELD, Maurice. **Economia internacional: teoria e prática**. São Paulo: Pearson addison Wesley, 2005.

LEMME, Martha Calmon; NAIDIN, Leane Cornet; GADELHA, Maria Fernanda. **Brasil, Índia e China, (BICS) na rodada Doha: convergências e clivagens**. Disponível em: <<http://www.iadb.org/intal/intalcdi/PE/2010/06394.pdf>> acesso em: 01 out.2010.

LUZ, Rodrigo. **Relações econômicas internacionais: teoria e questões**. 2. Ed. Rio de Janeiro: elsevier, 2008.

MACHADO. Luiz Alberto. **Grandes Economistas: Keynes e os keynesianos**. Disponível em :<http://www.cofecon.org.br/index.php?option=com_content&task=view&id=399&Itemid=114>. Acesso em: 02 set. 2010.

MAIA, Jaime de Mariz. **Economia internacional e comercio exterior**. 10 ed. São Paulo: atlas s.a, 2006.

MANKIW, N. GREGORY. **Introdução à Economia**. 1. Ed. São Paulo: Cengage Learning, 2005.

MARCONI, Mariana de Andrade. **Metodologia científica: para o curso de direito**. 2. ed. São Paulo: atlas, 2001.

MARCOSCINTRA. **Blocos econômicos**. Disponível em: <<http://www.marcoscindra.org/novo/default.asp?idSecao=14> >. Acesso em: 10 jun.2010.

Produto Interno Bruto do Brasil recua 0,2% em 2009, mas cresce 2% no 4 trimestre. disponível em: <<http://economia.uol.com.br/ultimas-noticias/redacao/2010/03/11/economia-brasileira-recua-02-em-2009-mas-cresce-2-no-quarto-trimestre.jhtm> > acesso em: 02 set.2010.

PUCMINAS. **Conjuntura internacional**. Disponível em: <http://www.pucminas.br/conjuntura/index1.php?cabecalho=29&lateral=6&menu=927&pagina=1195&tipo_form=glossario > acesso em: 01 out.2010.

RAUEN, Fabio José. **Elementos de iniciação á pesquisa: inclui orientações para o referencial de documentos eletrônicos**. Rio do Sul: nova era, 1999.

Reuniões do G8. Disponível em: <http://veja.abril.com.br/idade/exclusivo/perguntas_respostas/reunioes_g8/index.shtml > acesso em: 01 out.2010.

SANTOS. Julio Cesar S. **Adam Smith a “mão invisível” do mercado na economia**. Disponível em: <<http://www.artigos.com/artigos/sociais/economia/adam-smith-e-a->

%93mao-invisivel%94-do-mercado-na-economia-13653/artigo/ >. Acesso em: 02 set. 2010.

THE GROUP OF G77. **About the Group of 77**. Disponível em:<
<http://www.g77.org/doc/> > acesso em: 01 out.2010.

TROSTER, Roberto Luis; MOCHÓN, Francisco. **Introdução à economia**. São Paulo: Martin-Claret, 2002.

VALÉRIO, Marco. **G20 origem e objetivos**. Disponível em :<
WWW.geografiaeduc.blogspot.com/2009/04/g20-origem-e-objetivos.hotmail>. Acesso em :01 out.2010.

VASCONCELOS, Marco A. S. e GARCIA, Manuel E. **Fundamentos de Economia**.,. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2004.

VIEIRA, Flávio Vilela e VERISSÍMO, Michele Polline. **Crescimento econômico em economias emergentes selecionadas: Brasil, Rússia, Índia, China (BRIC) e África do Sul**. Disponível em:<
<http://www.eco.unicamp.br/docdownload/publicacoes/instituto/revistas/economia-e-sociedade/V18-F3-S38/Economia%20e%20Sociedade%2037%20Artigo%204.pdf>>
acesso em: 6 set. 2010.

